

ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE 2016



2018



ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE 2016

FICHA TÉCNICA

Instituto Nacional de Estatística

Estatísticas do Ambiente - 2016

Presidente

Osvaldo Rui Monteiro dos Reis Borges

Vice-Presidente

Celso Hermínio Soares Ribeiro

Diretora Administrativa e Financeira

Goreth de Carvalho

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Av. Cidade de Lisboa, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 / Fax: +238 261 16 56

Email: inecv@ine.gov.cv

Design e composição

Divisão de Comunicação, Difusão e Relações Institucionais

© Copyright 2013

Instituto Nacional de Estatística

Para quaisquer esclarecimentos, contactar:

Departamento das Estatísticas Demográficas e Sociais

Diretora - Noemi Rute Ramos - E-mail: noemi.ramos@ine.gov.cv

Equipa técnica

Ulisses Cruz – ulisses.cruz@ine.gov.cv

José Borges – jose.borges@ine.gov.cv

Tel.: (238) 261 3960 / 3827

Fax: (238) 261 1656

Data Publicação

Março de 2018

ENTIDADES PARCEIRAS

Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS)

Agência de Regulação Económica (ARE)

Direção Geral dos Transportes rodoviários (DGTR)

Direção Nacional da Energia, Indústria e Comércio (DNEIC)

Direção Nacional da Saúde (DNS)

Direção Nacional do Ambiente (DNA)

Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INIDA)

Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)

Instituto Nacional de Gestão do Território (INGT)

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)

Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP)

Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)

Ministério das Finanças

Sistema Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB)

PREFÁCIO

A publicação “Estatísticas do Ambiente – 2016” apresenta informação estatística sobre o setor do ambiente e permite, desta forma, ao Instituto Nacional de Estatística (INE), nos termos da Lei n.º 35/VII/2009, de 2 de Março - Lei do Sistema Estatístico Nacional (SEN), prosseguir com a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade sobre o país.

Nos dias de hoje, o interesse pelas estatísticas relacionadas com o ambiente e com os riscos inerentes às mudanças climáticas tem aumento consideravelmente por parte das organizações nacionais e internacionais. Dada à natureza multidisciplinar e transversal deste tipo de estatísticas, a produção, o tratamento e a divulgação dos dados em Cabo Verde envolvem muitos intervenientes, atores e produtores: INE, diferentes ministérios, agências especializadas, instituições nacionais e outras organizações.

Nos últimos anos, o INE e as instituições parceiras têm vindo a desenvolver várias ações com vista à produção das estatísticas do ambiente a nível nacional. Até este momento, as estatísticas divulgadas têm sido obtidas a partir dos censos e inquéritos, realizados junto às famílias, empresas e câmaras municipais e, ainda, a partir dos dados administrativos, permitindo assim ao INE reforçar a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos.

Esta publicação integra vários temas importantes que possibilitem responder a uma parte considerável das solicitações feitas pelos utilizadores nacionais e internacionais. Para a monitorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021 e de outras políticas e planos nacionais, as estatísticas e os indicadores ambientais são indispensáveis e fundamentais.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as instituições e profissionais que deram o seu contributo para a realização desta publicação. O Instituto agradece antecipadamente todas as sugestões e comentários ao conteúdo desta publicação, com o fito de enriquecer as futuras edições.

Oswaldo M. Borges, Ph.D
Presidente do Instituto Nacional de Estatística

ÍNDICE

SINAIS CONVENCIONAIS	11
UNIDADES DE MEDIDA	11
SIGLAS E ABREVIATURAS	12
APRESENTAÇÃO	14
CABO VERDE: BREVE CARACTERIZAÇÃO	15
METODOLOGIA	16
1 CONDIÇÕES E QUALIDADE AMBIENTAL	20
1.1 CONDIÇÕES FÍSICAS	21
1.2 COBERTURA DO SOLO, ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE	22
2 RECURSOS AMBIENTAIS E OS SEUS USOS	28
2.1 RECURSOS ENERGÉTICOS.....	29
2.2 USO DO SOLO	31
2.3 RECURSOS BIOLÓGICOS	31
3 RESÍDUOS	37
3.1 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS	38
3.2 GERAÇÃO E GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	38
3.3 GERAÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS	39
4 EVENTOS EXTREMOS E DESASTRES	46
4.1 EVENTOS EXTREMOS E DESASTRES NATURAIS	48
5 ASSENTAMENTOS HUMANOS E SAÚDE AMBIENTAL	54
5.1 ASSENTAMENTOS HUMANOS.....	55
5.2 SAÚDE AMBIENTAL	71
6 PROTEÇÃO, GESTÃO E ENGAJAMENTO AMBIENTAL	74
6.1 DESPESAS COM PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS.....	74
6.2 GOVERNANÇA E REGULAÇÃO AMBIENTAL	75
7 CONCEITOS E DEFINIÇÕES	76

TABELAS

Tabela 1.1-1 – Temperatura média anual do ar em Cabo Verde (2010-2016)	21
Tabela 1.1-2 – Precipitação total anual em Cabo Verde (2010-2016)	21
Tabela 1.1-3 – Comprimento e largura máxima e Superfície, por ilha/ilhéu.....	21
Tabela 1.1-4 – Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Cabo Verde	22
Tabela 1.1-5 – Descrição das principais bacias hidrográficas de Cabo Verde	22
Tabela 1.2-1 – Espécies terrestres conhecidas em Cabo Verde (2005, 2013 e 2016)	22
Tabela 1.2-2 – Espécies terrestres conhecidas, por ilha (2016)	23
Tabela 1.2-3 – Espécies terrestres endémicas de Cabo Verde (2005 e 2016).....	23
Tabela 1.2-4 – Espécies terrestres endémicas, por ilha (2016).....	24
Tabela 1.2-5 – Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha), por ilha (2015)	24
Tabela 1.2-6 – Superfície e proporção das áreas protegidas em Cabo Verde com instrumentos de gestão aprovados (2008-2015)	24
Tabela 1.2-7 – Zonas húmidas de Cabo Verde declaradas Sítios Ramsar	25
Tabela 1.2-8 – Área florestal e respetivas proporções, por ilha (2012).....	25
Tabela 1.2-9 – Área florestal em Cabo Verde, por tipo de floresta (2012).....	25
Tabela 1.2-10 – Superfície florestal ardida em incêndios florestais, por ilha (2011-2015)	26
Tabela 2.1-1 – Vendas de combustíveis no Mercado Interno de Cabo Verde em Toneladas Métricas (2010-2016).....	29
Tabela 2.1-2 – Produção de energia elétrica em Cabo Verde, por fonte de energia (2010-2016)	30
Tabela 2.1-3 – Produção de energia elétrica por ilha (2016).....	30
Tabela 2.2-1 – Área por categorias de uso do solo em Cabo Verde (2012)	31
Tabela 2.3-1 – Volume comercial total de madeira em Cabo Verde (2012).....	31
Tabela 2.3-2 – Capturas nominais de pescado em Cabo Verde, segundo o tipo de pesca, por principais espécies (2012-2016)	32
Tabela 2.3-3 – Exportação de pescado - peso e valor (2012-2016)	32
Tabela 2.3-4 – Importação de pescado - peso e valor (2012-2016)	32
Tabela 2.3-5 – Área agrícola em Cabo Verde, por tipo de utilização (2015).....	33
Tabela 2.3-6 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos em Cabo Verde (2012-2016)	33
Tabela 2.3-7 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas frutícolas em Cabo Verde (2012 – 2016)	34
Tabela 2.3-8 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de renda em Cabo Verde (2012-2016)	34
Tabela 2.3-9 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de sequeiro em Cabo Verde (2012-2016)	34

Tabela 2.3-10 – Efetivo Pecuário em Cabo Verde, por espécie e ano (1988, 1994/95, 2004 e 2015)	34
Tabela 3.1-1 – Total de emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em Cabo Verde, por tipo de gás (1995, 2000, 2005 e 2010)	38
Tabela 3.1-2 – Total de emissões indiretas de GEE em Cabo Verde, por tipo de gás (1995, 2000, 2005 e 2010)	38
Tabela 3.2-1 – Capacidade das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em Cabo Verde (2016)	39
Tabela 3.3-1 – Quantidade de resíduos gerados em Cabo Verde, por categoria de resíduos (2003 e 2015)	39
Tabela 3.3-2 – Quantidade de resíduos urbanos gerados ou produzidos, por municípios (2015)	40
Tabela 3.3-3 – Total de resíduos urbanos recolhidos por municípios (2003, 2012, 2013 e 2015)	41
Tabela 3.3-4 – Composição média de resíduos urbanos em Cabo Verde (2015)	42
Tabela 3.3-5 – Quantidade de resíduos urbanos tratados em Cabo Verde, segundo o tipo de tratamento dado (2012, 2013 e 2015)	43
Tabela 3.3-6 – Estimativa da quantidade de resíduos encaminhados e depositados, por municípios (2015)	43
Tabela 3.3-7 – Evolução das infraestruturas oficiais de tratamento (valorização ou eliminação) de resíduos urbanos em Cabo Verde (2011-2013 e 2015)	44
Tabela 3.3-8 – Infraestruturas oficiais de deposição final de resíduos urbanos, por tipo e por ilha (2015)	44
Tabela 4.1-1 – Registo histórico das erupções vulcânicas na ilha do Fogo, Cabo Verde (1500-2014)	48
Tabela 5.1-1 – População que vive em zonas urbanas e rurais, por meio de residência (1970, 1980, 1990, 2000, 2010, 2012-2016)	55
Tabela 5.1-2 – Distribuição percentual da População que vive em zonas urbanas e rurais, por meio de residência (1970, 1980, 1990, 2000, 2010, 2012-2016)	55
Tabela 5.1-3 – Percentagem da população com ligação à rede pública de distribuição de água, por sexo, meio de residência e concelho (2007, 2010, 2012-2016)	56
Tabela 5.1-4 – Percentagem da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável*, por sexo, meio de residência e concelho (1980, 1990, 2000, 2007, 2010, 2012-2016)	57
Tabela 5.1-5 – Percentagem da população com ligação à rede pública de esgoto, por sexo, meio de residência e concelho (2010, 2012-2016)	58
Tabela 5.1-6 – Percentagem da população que usa instalações sanitárias melhoradas*, por sexo, meio de residência e concelho (1980, 1990, 2000, 2007, 2010, 2012-2016)	59
Tabela 5.1-7 – Percentagem da população que compartilha sanita ou latrina com outro agregado familiar, por sexo, meio de residência e concelho (2013-2016)	60

Tabela 5.1-8 – Percentagem da população servida por um sistema municipal de recolha de resíduos urbanos, por concelho (2003, 2012, 2013 e 2015)	61
Tabela 5.1-9 – Percentagem da população que evacua o lixo de forma adequada*, por sexo, meio de residência e concelho (2007, 2010, 2012-2016).....	62
Tabela 5.1-10 – Evolução dos preços mensais da água regulados pela ARE em Cabo Verde (2006-2016)	63
Tabela 5.1-11 – Percentagem da população com acesso à eletricidade, por sexo, meio de residência e concelho (2010, 2013-2016)	65
Tabela 5.1-12 – Evolução dos preços mensais da eletricidade regulados pela ARE em Cabo Verde (2006-2016)	66
Tabela 5.1-13 – Distribuição percentual da população segundo a principal fonte/origem da eletricidade que usa no alojamento, por sexo, meio de residência e concelho (2016)	67
Tabela 5.1-14 – Percentagem da população que utiliza lenha e outras biomassas* como principais fontes de energia para cozinhar, por sexo, meio de residência e concelho (1980, 1990, 2000, 2007, 2010, 2012-2016).....	68
Tabela 5.1-15 – Percentagem da população que utiliza gás como principal fonte de energia para cozinhar, por sexo, meio de residência e concelho (1980, 1990, 2000, 2007, 2010, 2012-2016)..	69
Tabela 5.1-16 – Veículos automóveis em circulação em Cabo Verde, por tipo de veículo (2016) .	70
Tabela 5.1-17 – Evolução dos veículos automóveis em circulação em Cabo Verde, por tipo de veículo (1997-2016)	70
Tabela 5.2-1 – Casos notificados de doenças transmitidas por vetores em Cabo Verde (2012 a 2016)	71
Tabela 5.2-2 – Taxa de incidência (por 100 000 habitantes) de doenças transmitidas por vetores em Cabo Verde (2012 a 2016).....	71
Tabela 5.2-3 – Número de casos, taxa de Incidência, óbitos, taxa de mortalidade e taxa de letalidade associado ao paludismo (2002-2016)	71
Tabela 6.1-1 – Despesas públicas (em milhões ECV) com a proteção ambiental em Cabo Verde (2012-2015)	74
Tabela 6.2-1 – Convenções e protocolos referentes à temática ambiental ratificadas por Cabo Verde.....	75

GRÁFICOS

Gráfico 2.1-1 – Vendas de combustíveis no mercado interno de Cabo Verde (2010- 2016)	29
Gráfico 2.3-1 – Proporção da superfície terrestre destinada à agricultura/área agrícola em Cabo Verde (1988, 1994/95, 2004 e 2015).....	33
Gráfico 2.3-2 – Efetivo pecuário em Cabo Verde, por espécies (1988, 1994/95, 2004 e 2015).....	35
Gráfico 3.2-1 – Número de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em Cabo Verde, por ano (1987, 1997, 2005, 2007-2009, 2011, 2014 e 2016)	38
Gráfico 3.3-1 – Composição média dos resíduos urbanos (em percentagem do peso) em Cabo Verde (2003, 2012 e 2015)	42

SINAIS CONVENCIONAIS

- ≈** Valor aproximado
- Dado não disponível
- E** Estimativa
- n/a** Não se aplica

UNIDADES DE MEDIDA

- °C** Graus centígrados
- ECV** Escudo de Cabo Verde
- GWh** Gigawatt hora
- ha** Hectare
- Gg** Gigagrama
- km²** Quilómetro quadrado
- m** Metro
- mm** Milímetro
- m³** Metro cúbico
- TM** Toneladas Métricas
- t** Toneladas

Nota: por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas

SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE CV-Rev.1	Classificação das Atividades Económicas Rev.1
ANAS	Agencia Nacional de Água e Saneamento
ARE	Agência de Regulação Económica
DECRP III	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III (2012/2016)
DGTR	Direção Geral dos Transportes rodoviários
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNEIC	Direção Nacional da Energia, Indústria e Comércio
DNS	Direção Nacional da Saúde
FDES 2013	Quadro de Referência para o Desenvolvimento das Estatísticas do Ambiente (em inglês: <i>Framework for the Development of Environment Statistics</i>)
GEE	Gases com Efeito de Estufa
IMC	Inquérito Multi-Objetivo Contínuo
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INGT	Instituto Nacional de Gestão do Território
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
PANA II	Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (2004/2014)
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2017/2021)
PENGeR	Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (2015/2030)
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
SEEA	Sistema de Contabilidade Económico-Ambiental (em inglês: <i>System of Environmental-Economic Accounting</i>)

SEN	Sistema Estatístico Nacional
SNPCB	Sistema Nacional de Proteção Civil e Bombeiros
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNSD	Divisão de Estatística das Nações Unidas
ZEE	Zona Económica Exclusiva

APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a primeira publicação “Estatísticas do Ambiente - 2016” que traz uma compilação de informação estatística de referência produzida pelas diferentes instituições produtoras de estatísticas do ambiente que integram o Sistema Estatístico Nacional (SEN), assim como outras instituições que, embora não fazendo parte do SEN, produzem informações estatísticas ambientais que, validadas pelo INE devido à sua relevância, foram compiladas e disponibilizadas neste documento.

O objetivo desta publicação é fornecer aos usuários informação estatística de qualidade, de forma a melhorar o conhecimento sobre o estado do ambiente, as mudanças mais importantes que ocorrem, ao longo do tempo e no espaço, e ainda sobre os fatores que influenciam essas mudanças, assim como, apoiar as políticas e tomada de decisões no domínio do ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Este tipo de estatísticas assume um carácter integrador ao considerar as atividades humanas e fenómenos naturais que afetam o meio ambiente, os impactos e os efeitos de tais atividades e fenómenos, as reações sociais aos impactos ambientais, bem como a qualidade e disponibilidade dos recursos naturais.

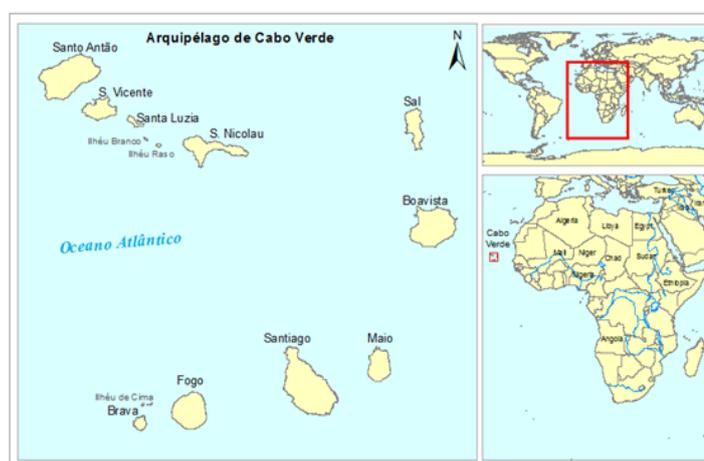
A produção regular de estatísticas do ambiente constitui um pré-requisito para a elaboração dos relatórios nacionais sobre o estado do ambiente, bem como para a elaboração das contas satélite do ambiente.

CABO VERDE: BREVE CARACTERIZAÇÃO

Nome Oficial	República de Cabo Verde
Superfície (Terrestre)	4.033 km ²
Bandeira	
Composição (das ilhas)	10 Ilhas e 5 principais ilhéus
Data Descoberta	1460
Data Independência	5 de Julho de 1975
Divisão Administrativa	22 Concelhos (Distribuídos pelas seguintes ilhas)

Santo Antão:	Ribeira Grande Paul Porto Novo
S. Vicente:	S. Vicente
S. Nicolau:	Ribeira Brava Tarrafal de S. Nicolau
Sal	Sal
Boa Vista	Boa Vista
Maio	Maio
Santiago	Tarrafal Santa Catarina Santa Cruz Praia
	S. Domingos
	S. Miguel
	S. Salvador do Mundo
	S. Lourenço dos Órgãos
Fogo	Ribeira Grande de Santiago
	Mosteiros
Brava	S. Filipe
	Santa Catarina do Fogo

Figura 1 – Localização de Cabo Verde.



Cidade Capital	Praia	
População (2016)	531 239	
Esperança de Vida à Nascimento (2016)	Homens	71,8 (Anos)
	Mulheres	80,0 (Anos)
Língua Oficial	Português	
Língua Nacional	Crioulo (Cabo-verdiano)	
Moeda	Escudos Cabo-verdiano (ECV)	
PIB a Preços de mercado (2015)	158 699	(Milhões de ECV)
PIB per capita (2015)	302 380	(ECV)

METODOLOGIA

Quadro de Referência para o Desenvolvimento das Estatísticas do Ambiente - FDES 2013

À semelhança de muitos outros países em desenvolvimento, Cabo Verde possui limitações na sua capacidade organizacional, técnica e financeira para sistematização de informações que permitam a elaboração de estatísticas do ambiente.

Nesse sentido, a Comissão de Estatística das Nações Unidas, na sua 44^a sessão (Nova Iorque, 26 de Fevereiro - 1 de Março de 2013) aprovou o Quadro de Referência para o Desenvolvimento das Estatísticas do Ambiente (*Framework for the Development of Environment Statistics* - FDES 2013) como uma ferramenta para o reforço dos programas de estatísticas ambientais nos países, em particular países como Cabo Verde, que estão em estágios iniciais no desenvolvimento de seus programas de estatísticas ambientais, e reconheceu-o, como uma ferramenta útil, em particular no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

O FDES 2013 é um quadro estatístico conceptual, multiuso, abrangente e flexível que permite e facilita a compilação, a recolha e a produção de estatísticas do ambiente. Fornece uma estrutura de organização que permite orientar a recolha e a compilação de estatísticas do ambiente a nível nacional, reunindo dados de diversas áreas temáticas e fontes relevantes. É de natureza ampla e holística, cobrindo as questões e aspetos do ambiente que são relevantes para a análise de políticas e tomada de decisões, aplicando-o a questões transversais, como as mudanças climáticas.

O Conjunto Principal de Estatísticas do Ambiente é, na verdade, o primeiro nível ("Nível 1") de um Conjunto Básico de Estatísticas do Ambiente do FDES 2013, composto por três níveis, de acordo com a relevância, disponibilidade e desenvolvimento metodológico dessas estatísticas. O Nível 1 é de alta prioridade e relevância para a maioria dos países e ainda tem uma base metodológica sólida e clara. Está bem adequado para fornecer orientação na determinação de prioridades.

A presente publicação, redigida segundo as normas do novo Acordo Ortográfico, encontra-se organizada em seis componentes ambientais, segundo a classificação indicada pelo FDES 2013:

- 1. Condições e Qualidade Ambiental** – abarca as estatísticas relacionadas com as condições meteorológicas, hidrográficas, geológicas, geográficas, biológicas, físicas e químicas; e ainda relacionadas com as características do ambiente que definem os ecossistemas e a qualidade ambiental;

- 2. Recursos Ambientais e os seus usos** - abrange as estatísticas das quantidades de recursos ambientais (recursos energéticos, biológicos (madeira, pescado, agricultura e pecuária), hídricos, do solo, ...) e as suas alterações; e ainda as estatísticas sobre as atividades relacionadas com utilização e gestão desses recursos;
- 3. Resíduos** – inclui as estatísticas relacionadas com a geração, gestão e descarga de gases poluentes, de resíduos e de águas residuais para a atmosfera, água e solo;
- 4. Eventos Extremos e Desastres** - abarca as estatísticas relacionadas com a ocorrência e o impacto de eventos extremos e desastres (naturais e tecnológicos);
- 5. Assentamentos Humanos e Saúde Ambiental** - abrange as estatísticas relacionadas com o meio em que os seres humanos vivem, particularmente no que diz respeito à população, habitação, condições de vida, serviços básicos e saúde ambiental;
- 6. Proteção, Gestão e Engajamento Ambiental** - inclui as estatísticas relacionadas com: a proteção do meio ambiente e despesas de gestão de recursos; a regulamentação ambiental; a preparação para desastres; a perceção ambiental, a conscientização e o engajamento da sociedade.

Metodologia de recolha de dados

A recolha oficial das estatísticas ambientais foi iniciada após a identificação dos pontos focais por parte das instituições nacionais que produzem esse tipo de estatísticas. Para mais informações sobre essas instituições, consulte a lista de “Entidades Parceiras” no início deste documento. Foram realizadas reuniões com os pontos focais das entidades parceiras no sentido de explicar os objetivos pretendidos e assim facilitar a operação de recolha de dados. Após as reuniões, os pontos focais facultaram ao INE os dados / documentos oficiais disponíveis que possuem estatísticas ambientais prioritárias para o país.

É de destacar que alguns dos dados, estatísticas e documentos oficiais foram extraídos diretamente das páginas web das instituições nacionais e ainda da biblioteca do INE. Também é importante realçar que alguns indicadores ambientais apresentados neste documento foram retirados diretamente do “Anuário Estatístico de Cabo Verde - 2016”.

Limitações na recolha de dados

Os principais constrangimentos encontrados na fase de recolha foram:

- Inexistência de dados ambientais compilados e tratados em diversas instituições; sobretudo devido à falta de: pessoal qualificado, material e outros recursos para efetuar o registo e o tratamento desses dados;

- Demora no fornecimento dos dados disponíveis;
- Não fornecimento de dados ambientais a título gratuito devido aos custos associados à sua produção.

Metodologia de tratamento de dados

O tratamento dos dados foi feito de acordo com as orientações metodológicas indicadas no “Sistema Integrado de Estatísticas do Ambiente (SIEA) – Documento Metodológico”, publicado pelo INE em 2016. Esse documento foi concebido com base no Nível 1 (Conjunto Principal de Estatísticas do Ambiente) do FDES 2013; com base nos indicadores apontados pelo DECRP III e pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); e ainda tendo em conta os indicadores recomendados no Seminário Nacional sobre as Estatísticas do Ambiente (Praia, março de 2016).

A maioria dos dados recolhidos diretamente pelo INE junto às populações e agregados familiares, através de inquéritos e recenseamentos, foram previamente tratados utilizando o software SPSS.

Para o tratamento final de todos os dados e respetiva produção de tabelas de estatísticas e indicadores, foi criada uma base de dados utilizando o software Excel.

Âmbito temporal e geográfico

As tabelas apresentam dados estruturados em série temporal, com ênfase nas informações até o ano de 2016 (sempre que possível), privilegiando a desagregação geográfica a nível dos concelhos ou das ilhas e, onde executável, a desagregação a nível do sexo ou do meio de residência. Embora o período de referência não seja uniforme para alguns componentes, devido sobretudo à disponibilidade dos dados, envidaram-se esforços no sentido de disponibilizar informação estatística mais recente possível para cada componente.

Formas de acesso

Esta publicação, além da versão impressa, pode também ser consultada/importada através da versão digital (PDF), disseminado no portal oficial do INE – de livre acesso (<http://www.ine.cv>), em qualquer ponto do globo e a qualquer hora, tendo assim o utilizador acesso facilitado (desde que tenha uma conexão internet). Na Biblioteca do INE, é possível consultar, de forma presencial e gratuita, a versão impressa, assim como diversos documentos publicados tanto pelo INE como por outros organismos nacionais e internacionais.

COMPONENTE 1
**CONDIÇÕES E QUALIDADE
AMBIENTAL**



1 CONDIÇÕES E QUALIDADE AMBIENTAL

O Componente 1 inclui estatísticas sobre as características físicas, biológicas e químicas do meio ambiente e as suas mudanças ao longo do tempo. Essas condições fundamentais estão fortemente inter-relacionadas e determinam os tipos, a extensão, as condições e a saúde dos ecossistemas. Muitas dessas condições naturais mudam muito lentamente como resultado de processos naturais ou influência humana. Outros podem apresentar efeitos imediatos e dramáticos. É importante salientar que as mudanças nas condições e na qualidade ambiental são o resultado de impactos combinados e acumulados dos processos naturais e humanos. A ligação das mudanças com atividades ou eventos individuais não é, portanto, um processo direto.

A fonte dos dados é geralmente a detecção remota e a monitorização por autoridades ou instituições ambientais, meteorológicas, hidrológicas, geológicas e geográficas. Devido à natureza desta área, o uso de mapas e informações cartográficas é a maneira comum de apresentar a informação relevante, além das tabulações estatísticas.

O Componente 1 inclui estatísticas relevantes para o Estado e também fornece estatísticas básicas para um Sistema de Contabilidade Económico-Ambiental (*System of Environmental-Economic Accounting - SEEA*).

O componente 1 contém três subcomponentes:

- Subcomponente 1.1: Condições físicas;
- Subcomponente 1.2: Cobertura do Solo, Ecossistemas e Biodiversidade; e
- Subcomponente 1.3: Qualidade ambiental.

Neste documento só foi possível apresentar tabulações estatísticas para os Subcomponentes 1.1 e 1.2.

1.1 CONDIÇÕES FÍSICAS

Tabela 1.1-1 – Temperatura média anual do ar em Cabo Verde (2010-2016)

Estações Meteorológicas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	°C						
Porto Novo	25,6	24,9	24,7	24,8	24,5	24,6	25,0
Mindelo	25,1	24,7	24,0	24,4	23,8	23,9	24,4
Aeroporto de S. Pedro	25,0	24,3	24,1	24,6	24,5	24,4	24,8
Aeroporto do Sal	24,1	24,1	23,9	24,0	23,2	23,3	24,1
Aeroporto de Rabil	25,5	24,8	24,3	24,4	23,8	24,2	24,2
Aeroporto da Praia	25,4	24,7	24,4	24,5	24,2	24,4	25,1
Aeródromo de S. Filipe	25,9	24,8	24,5	25,3	24,0	23,9	26,5
Mosteiros	26,3	25,6	25,2	24,8	23,9	24,0	24,6

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)

Tabela 1.1-2 – Precipitação total anual em Cabo Verde (2010-2016)

Estações Meteorológicas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	milímetros (mm)						
Mindelo	302,0	259,9	150,8	224,8	78,9	73,6	233,6
Aeroporto do Sal	112,5	39,7	152,5	86,2	96,1	119,5	114,4
Aeroporto da Praia	349,2	190,3	289,8	410,3	139,4	336,9	232,2
Mosteiros	502,1	552,3	287,2	614,7	133,1	633,8	449,6

Fonte: INMG

Tabela 1.1-3 – Comprimento e largura máxima e Superfície, por ilha/ilhéu

Ilha/Ilhéu	Comprimento máximo (m)	Largura máxima (m)	Superfície (km ²)
Santo Antão	42 750	23 970	779
S. Vicente	24 250	16 250	227
Santa Luzia	12 370	5 320	35
Ilhéu Branco	3 975	1 270	3
Ilhéu Raso	3 600	2 770	7
S. Nicolau	44 500	22 000	343
Sal	29 700	11 800	216
Boa Vista	28 900	30 800	620
Maio	24 100	16 300	269
Santiago	54 900	28 800	991
Fogo	26 300	23 900	476
Brava	10 500	9 310	64
Ilhéu Grande	2 350	1 850	2
Ilhéu Luís de Carneiro	1 950	500	0
Ilhéu de Cima	2 400	750	1

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

Tabela 1.1-4 – Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Cabo Verde

	2013 (km ²)
Cabo Verde	734 265

Fonte: Lei nº 28/VIII/2013, de 10 de Abril, que aprova a Diretiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT).

Tabela 1.1-5 – Descrição das principais bacias hidrográficas de Cabo Verde

Bacia com maior superfície	Localização	Superfície (km ²)
Bacia de Rabil	Boavista	199,2

Fonte: Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRE), homologado pela Resolução nº 66/2010, 24 de novembro de 2010.

A bacia de maior superfície é a de Rabil, com 199,2 km², localizada na ilha da Boavista. Nas restantes ilhas, as superfícies das bacias são inferiores a 70 km² e alcançam um comprimento axial máximo de 18 km. Na ilha da Brava, nenhuma bacia ultrapassa os 6 km². As altitudes máximas das bacias alcançam valores de 2600 m na ilha do Fogo, 800 m na ilha da Brava, 950 m em Santiago e 1.750 m em Santo Antão (Ribeira de Alto Mira) [PAGIRE, 24 de novembro de 2010].

1.2 COBERTURA DO SOLO, ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE

Tabela 1.2-1 – Espécies terrestres conhecidas em Cabo Verde (2005, 2013 e 2016)

Grupo taxonómico	2005	2013	2016
	Número (Nº)		
Total	3251	3309	3311
Fungos	62	108	108
Líquenes	260	260	260
Plantas:	910	910	912
Espermatófitas	724	724	726
Briófitas	153	153	153
Pteridófitas	33	33	33
Animais:	2019	2031	2031
Artrópodes	1915	1921	1921
Cordados	65	71	71
Moluscos	39	39	39

Fonte (2005): ARECHA VALETA, M. N. ZURITA, M. C. MARRERO & J. L. MARTÍN (eds.). 2005. *Lista preliminar de espécies silvestres de Cabo Verde (hongos, plantas y animales terrestres)*. 2005. *Consejería de Medio Ambiente y Ordenación Territorial*, Gobierno de Canarias. 155 pp.

Fonte (2013): Gomes, I., J. M. Semedo, S. Gomes, A. Rendall & M. Gominho. 2013. Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde. Direção Geral do Ambiente. Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. Praia. Cabo Verde. 262 pp.

Fonte (2016): Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA)

Tabela 1.2-2 – Espécies terrestres conhecidas, por ilha (2016)

	Fungos	Líquenes	Plantas	Animais	Total
	Número (Nº)				
Santo Antão	26	158	617	794	1595
S. Vicente	26	81	328	569	1004
Santa Luzia	0	1	79	65	145
Ilhéu Branco	0	2	64	22	88
Ilhéu Raso	2	2	65	31	100
S. Nicolau	16	113	405	560	1094
Sal	7	32	146	355	540
Boavista	1	28	222	360	611
Maio	0	13	229	260	502
Santiago	60	132	519	1 204	1915
Fogo	5	105	451	519	1080
Brava	2	59	276	371	708

Fonte: INIDA

Tabela 1.2-3 – Espécies terrestres endémicas de Cabo Verde (2005 e 2016)

Grupo taxonómico	2005 (Nº)	2016 (Nº)
Total	540	553
Fungos	0	0
Líquenes	8	8
Plantas:	72	74
Espermatófitas	65	67
Briófitas	6	6
Pteridófitas	1	1
Animais:	460	471
Artrópodes	435	435
Cordados	15	26
Moluscos	10	10

Fonte (2005): ARECHA VALETA, M. N. ZURITA, M. C. MARRERO & J. L. MARTÍN (eds.). 2005. Lista preliminar de espécies silvestres de Cabo Verde (hongos, plantas y animales terrestres). 2005. Consejería de Medio Ambiente y Ordenación Territorial, Gobierno de Canarias. 155 pp.

Fonte (2016): Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA)

Tabela 1.2-4 – Espécies terrestres endémicas, por ilha (2016)

	Número (Nº)				Total
	Fungos	Líquenes	Plantas	Animais	
Santo Antão	0	5	71	198	274
S. Vicente	0	5	46	143	194
Santa Luzia	0	0	11	20	31
Ilhéu Branco	0	0	13	15	28
Ilhéu Raso	0	0	22	15	37
S. Nicolau	0	4	62	139	205
Sal	0	4	15	86	105
Boavista	0	2	16	78	96
Maio	0	1	15	49	65
Santiago	0	6	51	232	289
Fogo	0	4	55	115	174
Brava	0	4	38	87	129

Fonte (2016): INIDA

Tabela 1.2-5 – Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha), por ilha (2015)

	Terrestre		Marinha	
	Superfície (km ²)	%	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	733,57	18,19	1 321,28	5,66
Santo Antão	197,67	25,38	44,33	-
S. Vicente	3,12	1,37	0,00	-
Santa Luzia	34,27	100,00	273,18	-
Ilhéu Branco e Raso	8,54	100,00	278,37	-
S. Nicolau	22,77	6,64	0,00	-
Sal	38,27	17,72	162,16	-
Boa Vista	231,17	37,29	278,37	-
Maio	75,98	28,24	284,87	-
Santiago	36,47	3,68	0,00	-
Fogo	84,69	17,79	0,00	-
Brava	0,00	0,00	0,00	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente (DNA)

Tabela 1.2-6 – Superfície e proporção das áreas protegidas em Cabo Verde com instrumentos de gestão aprovados (2008-2015)

Ano	Terrestre		Marinha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
2008	1 726,00	0,43	0,00	0,00
2010	10 194,50	2,53	0,00	0,00
2014	17 792,19	4,41	28 487,19	1,26
2015	38 844,86	9,63	120 672,47	5,32

Nota: Percentagens calculadas em função das superfícies (áreas) terrestre e mar territorial de Cabo Verde

Fonte: DNA

Tabela 1.2-7 – Zonas húmidas de Cabo Verde declaradas Sítios Ramsar

Sítios Ramsar *	Área (ha)	Localização	Ano de Inscrição
Lagoa de Curral Velho	986,0	Ilha da Boa Vista	2005
Lagoa de Rabil	113,0	Ilha da Boa Vista	2005
Lagoa de Pedra Badejo	666,1	Ilha de Santiago	2005
Salinas de Porto Inglês	535,0	Ilha do Maio	2013

(*) Sítios Ramsar - Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas, no quadro da Convenção de Ramsar (www.ramsar.org).

Fonte: DNA

Tabela 1.2-8 – Área florestal e respetivas proporções, por ilha (2012)

	Área florestal (ha)	% área florestal/ ilha	% Área florestal nacional
Cabo Verde	54 919,4	n/a	13,60
Santo Antão	2 177,8	3	0,51
S. Vicente	2 163,1	10	0,53
S. Nicolau	2 464,1	7	0,61
Sal	356,0	2	0,08
Boavista	1 822,6	3	0,45
Maio	5 446,9	20	1,35
Santiago	37 328,3	38	9,25
Fogo	2 347,4	5	0,58
Brava	813,2	13	0,20

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)

Tabela 1.2-9 – Área florestal em Cabo Verde, por tipo de floresta (2012)

Classificação	Área (ha)
Total	54 919,4
Floresta xerófila	25 576,9
Floresta húmida	2180,9
Floresta baixa xerófila	15 578,9
Floresta baixa húmida	31,5
Mato baixo xerófila	248,9
Floresta aberta (altura>5m)	5 637,4
Formação aberta baixa (altura<5m)	5 664,9

Fonte: MAA, Inventário Florestal Nacional (IFN), 2013

Tabela 1.2-10 – Superfície florestal ardida em incêndios florestais, por ilha (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
	hectare (ha)				
Cabo Verde	73	44	437	278,4	801,2
Santo Antão	0	0	0	0	0
S. Vicente	0	0	0	0	0
S. Nicolau	0	0	0	0	0
Sal	0	0	0	0	0
Boavista	0	0	0	40	0
Maio	0	0	0	0	0
Santiago	0	44	0	80	-
Fogo	73	0	437	158,4	801,2
Brava	0	0	0	0	0

Fonte: MAA

COMPONENTE 2
**RECURSOS AMBIENTAIS E
SEUS USOS**



2 RECURSOS AMBIENTAIS E OS SEUS USOS

Os recursos ambientais (ou ativos, como são referidos no SEEA) são os 41 componentes vivos e não vivos da Terra, que constituem naturalmente o ambiente biofísico, e que proporcionam benefícios à humanidade. Os recursos ambientais incluem recursos naturais, como os recursos do subsolo (minerais e energia), os recursos do solo, os recursos biológicos, os recursos hídricos e a terra. Podem ser renováveis (por exemplo: peixe, madeira ou água) ou não renováveis (por exemplo: minerais).

Os recursos ambientais são importantes insumos na produção e no consumo. Eles contribuem para fornecer abrigo, alimentação, cuidados de saúde, infraestrutura, comunicação, transporte, defesa e praticamente todos os outros aspetos da atividade humana. Consequentemente, os formuladores de políticas precisam de estatísticas que documentam a sua disponibilidade e qualidade ao longo do tempo para tomar decisões adequadas. Essas estatísticas também são necessárias para evitar a falta ou restrição de uso, garantir a disponibilidade de utilizações novas e emergentes, determinar a dependência da importação e outros riscos e, em geral, permitir o uso contínuo ao longo do tempo. Os dados sobre a disponibilidade de recursos ambientais e a sua utilização são importantes para garantir a gestão sustentável do uso atual e futuro pelo subsistema humano.

No Componente 2, as estatísticas sobre recursos ambientais e seu uso concentram-se em medir existências (*stocks*) e mudanças nos *stocks* desses recursos e a sua utilização para produção e consumo. As mudanças nos *stocks* de recursos ambientais incluem adições e reduções, tanto de atividades antropogénicas quanto naturais. No caso de recursos não renováveis, a extração contínua geralmente leva eventualmente ao esgotamento do recurso. Para recursos renováveis, se a extração (por exemplo, captação, remoção e colheita) exceder a regeneração natural e o reabastecimento feito pelo homem, o recurso ficará esgotado.

A utilização de produtos originários de recursos ambientais na economia e nas famílias pode ser capturada em termos físico e monetário e utilizar tabelas provenientes de Contas Nacionais e também de Estatísticas Sectoriais. O SEEA faz a ligação entre os recursos ambientais, após a extração do meio ambiente, e o seu uso como produtos da economia e para o Sistema de Contas Nacionais.

O Componente 2 contém seis subcomponentes que correspondem às principais categorias de recursos ambientais:

- Subcomponente 2.1: Recursos minerais;
- Subcomponente 2.2: Recursos energéticos;

- Subcomponente 2.3: Uso do Solo;
- Subcomponente 2.4: Recursos do solo;
- Subcomponente 2.5: Recursos biológicos; e
- Subcomponente 2.6: Recursos hídricos.

Neste documento só foi possível apresentar tabulações estatísticas para os Subcomponentes 2.2, 2.3 e 2.5.

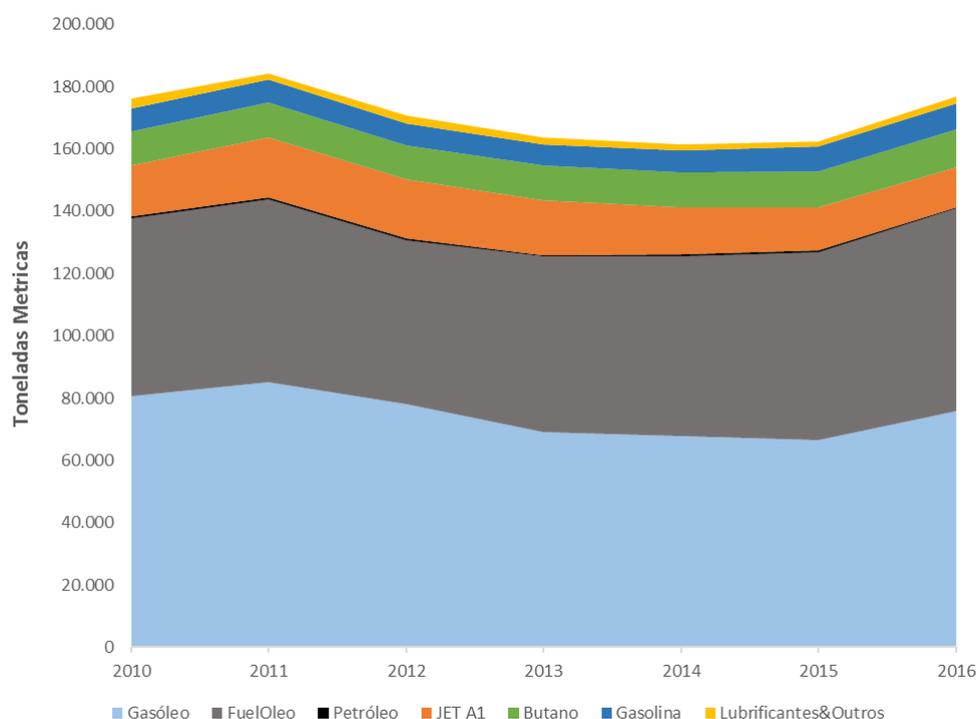
2.1 RECURSOS ENERGÉTICOS

Tabela 2.1-1 – Vendas de combustíveis no Mercado Interno de Cabo Verde em Toneladas Métricas (2010-2016)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Toneladas métricas (TM)						
Total	176 068	184 311	170 690	163 633	161 507	162 569	176 743
Gasóleo	80 561	85 203	78 180	69 211	67 756	66 439	75 812
Fuelóleo	57 062	58 581	52 510	56 309	57 899	60 514	65 126
Petróleo	641	639	528	487	454	371	347
JET A1	16 500	19 256	19 061	17 587	15 030	13 933	12 645
Gás Butano	10 977	11 136	10 918	10 994	11 191	11 640	12 225
Gasolina	7 328	7 326	6 935	7 022	7 356	7 765	8 521
Lubrificantes & outros	2 999	2 171	2 559	2 022	1 820	1 907	2 067

Fonte: Direção Nacional de Energia Industria e Comércio (DNEIC) – Direção de Serviço de Energia (DSE)

Gráfico 2.1-1 – Vendas de combustíveis no mercado interno de Cabo Verde (2010- 2016)



Fonte: DNEIC – Direção de Serviço de Energia (DSE)

Tabela 2.1-2 – Produção de energia elétrica em Cabo Verde, por fonte de energia (2010-2016)

Fonte de Energia Elétrica	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Gigawatt-hora (GWh)						
Total	346*	365*	371*	391*	402*	421*	443
Solar	2	9	7	7	7	6	6
Eólica	2	16	61	76	83	79	77
Térmica	342	340	302	308	312	336	361

(*) Não inclui a produção de energia elétrica de pequenos produtores independentes

Fonte: DNEIC – Direção de Serviço de Energia (DSE)

Tabela 2.1-3 – Produção de energia elétrica por ilha (2016)

	Produção Térmica (GWh)	Produção Renovável (GWh)	Total Produção (GWh)	Taxa de Penetração de Energia Renovável * (%)
Cabo Verde	360,7	82,6	443,3	18,6
Santo Antão	12,9	1,4	14,3	10,1
S. Vicente	55,7	18,3	74,0	24,7
S. Nicolau	6,6	0,0	6,6	0,0
Sal	52,9	19,4	72,2	26,8
Boa Vista	24,5	7,9	32,4	24,3
Maio	2,7	0,0	2,7	0,0
Santiago	189,4	35,6	225,0	15,8
Fogo	13,4	0,0	13,4	0,0
Brava	2,7	0,0	2,7	0,0

(*) Taxa de Penetração de Energia Renovável (%) = Produção de energia renovável / Produção total de energia elétrica * 100.

Fonte: DNEIC – Direção de Serviço de Energia (DSE)

2.2 USO DO SOLO

Tabela 2.2-1 – Área por categorias de uso do solo em Cabo Verde (2012)

Classes de Uso do Solo *	Área total (ha)	Área total (%)
Total	398 500,00	100,0
Zona húmida	1 307,71	0,3
Corpo de água	857,96	0,2
Outra zona artificializada	9 014,80	2,3
Outra zona agrícola	37 040,95	9,3
Zona com vegetação herbácea	50 334,88	12,6
Zona sem vegetação ou com vegetação esparsa	207 311,26	52,1
Outra zona artificializada com vegetação	223,65	0,1
Zona urbana arborizada	776,72	0,2
Outra zona agrícola heterogenia	1 728,97	0,4
Agroflorestal	13 462,11	3,4
Floresta	43 617,13	10,9
Formação florestal aberta	11 302,31	2,8
Área arbustiva	21 521,56	5,4

(*) - O sistema de classificação utilizada para definir as classes do uso do solo foi baseado no sistema de classificação desenvolvido pela Avaliação Global de Recursos Florestais da FAO para assegurar uma harmonização entre países, nas avaliações regionais ou globais adaptadas às especificações de Cabo Verde (FRA2010).

Fonte: MAA, Inventário Florestal Nacional (IFN), 2013

Nota: O projeto do IFN abrangeu o levantamento de dados de 9 ilhas (Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava).

2.3 RECURSOS BIOLÓGICOS

Tabela 2.3-1 – Volume comercial total de madeira em Cabo Verde (2012)

Espécies (Grupos)	Volume comercial total de madeira (D * >= 5 cm) por grupo de espécies	
	(milhares de m³)	%
Total	389,9	100,0
Prosopis sp.	243,7	62,5
Acacia sp.	30,6	7,8
Eucalyptus sp.	29,8	7,6
Grevillea sp.	13,6	3,5
Outros folhosas	22,9	5,9
Pinus sp.	42,0	10,8
Outros coníferas	7,4	1,9

(*) D - Diâmetro do tronco.

Fonte: MAA, "Inventário Florestal Nacional (IFN)", 2013

Tabela 2.3-2 – Capturas nominais de pescado em Cabo Verde, segundo o tipo de pesca, por principais espécies (2012-2016)

	Artesanal	Industrial	Total
	Toneladas (t)		
2012	4 310,00	5 954,70	10 264,70
2013	4 374,20	7 714,70	12 088,90
2014	4 417,50	9 839,40	14 256,90
2015	4 574,46	10 793,73	15 368,19
2016			
Total	4 155,84	5 338,57	9 494,41
Tunídeos	1 435,59	3 985,39	5 420,98
Pequenos Pelágicos	869,44	1 078,74	1 948,17
Demersais	1 198,33	204,13	1 402,46
Diversos	618,98	36,05	655,03
Crustáceos e Moluscos	11,74	34,26	45,99
Tubarões	21,77	0,00	21,77

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)

Tabela 2.3-3 – Exportação de pescado - peso e valor (2012-2016)

	Peso (t)	Valor (Milhões ECV)
2012	10 582,9	1 858,87
2013	13 215,9	2 602,80
2014	24 001,8	2 977,89
2015	24 975,9	2 945,60
2016		
Total	17 141,8	2 280,01
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	0,8	0,76
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	17 141,1	2 279,25

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 2.3-4 – Importação de pescado - peso e valor (2012-2016)

	Peso (toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2012	660,62	289,14
2013	727,17	339,23
2014	662,43	322,50
2015	668,25	319,41
2016		
Total	821,05	469,96
Peixes vivos	0,35	0,67
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	0,06	0,03
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	98,40	54,46
Filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelada	305,69	185,58
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	74,72	52,38
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, seco	134,56	96,04
Moluscos, com ou sem concha, vivos, fresco, refrigerado, congelado, seco, salgado...	207,27	80,80

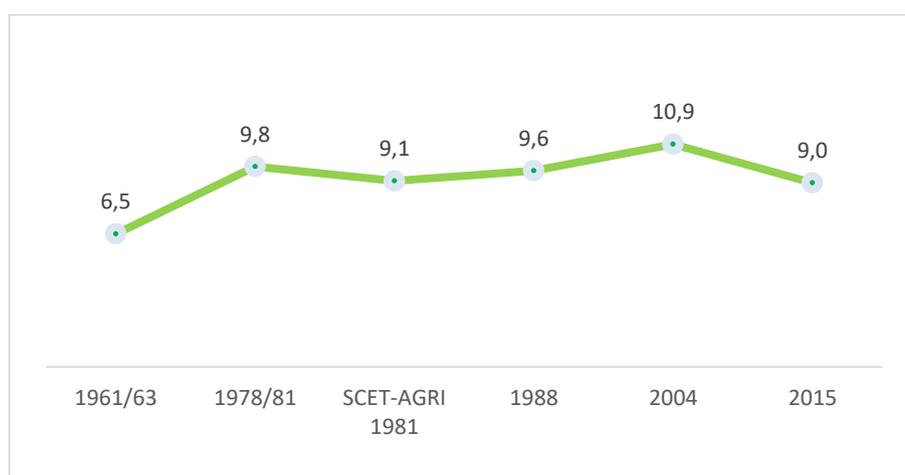
Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 2.3-5 – Área agrícola em Cabo Verde, por tipo de utilização (2015)

Tipo de Utilização	Área (ha)
Total	36 456
Cultivada	30 067
Pousio	2 543
Outras Terras	1 279
Terras arborizadas	1 081
Pastagens Temporária	916
Pastagens Permanentes	570

Fonte: MAA, V Recenseamento Geral da Agricultura 2015 – Resultados, 2017

Gráfico 2.3-1 – Proporção da superfície terrestre destinada à agricultura/área agrícola em Cabo Verde (1988, 1994/95, 2004 e 2015)



Fonte: MAA, V Recenseamento Geral da Agricultura 2015 – Resultados, 2017

Tabela 2.3-6 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos em Cabo Verde (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Toneladas (t)					
Culturas Hortícolas	48 785	51 266	52 544	46 957	48 512
Tomate	14 045	16 684	15 611	14 597	15 133
Pimentão	3 849	3 683	3 842	3 121	4 775
Repolho	8 508	9 028	9 962	8 816	8 698
Cenoura	5 573	5 266	6 078	4 596	3 953
Melancia	1 252	1 278	1 537	1 550	1 557
Alface	1 215	1 302	1 856	1 411	1 325
Couve	2 270	2 293	3 551	3 080	3 015
Cebola	6 822	6 548	4 842	4 696	5 066
Diversos	5 251	5 184	5 265	5 090	4 990
Raízes e Tubérculos (R&T)	21 671	27 163	26 093	19 833	22 963
Batata-doce	7 231	8 816	8 770	5 959	6 262
Mandioca	7 003	8 123	7 640	5 322	5 667
Abóbora (sequeiro)	1 500	1 900	1 520	800	549
Batata-comum	5 938	8 324	8 164	7 752	10 485

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Tabela 2.3-7 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas frutícolas em Cabo Verde (2012 – 2016)

Culturas Frutícolas	2012	2013	2014	2015	2016
	(t)				
Total	15 950	16 639	17 470	16 065	15 840
Banana	9 555	10 033	10 534	10 300	10 443
Manga	2 142	2 140	2 247	1 328	1 363
Papaia	3 150	3 308	3 473	3 232	3 284
Outras	1 103	1 158	1 216	1 205	750

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Tabela 2.3-8 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de renda em Cabo Verde (2012-2016)

Culturas de Renda	2012	2013	2014	2015	2016
	Toneladas (t)				
Total	28 740	28 783	28 812	28 604	28 753
Café	88	62	52	52	69
Vinha	277	346	385	177	309
Cana-de-Açúcar	28 375	28 375	28 375	28 375	28 375

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Tabela 2.3-9 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de sequeiro em Cabo Verde (2012-2016)

Culturas de Sequeiro	2012	2013	2014	2015	2016
	(t)				
Total	12 174	12 008	1 941	14 076	9 739
Milho	6 001	5 785	1 065	8 677	5 642
Feijões	5 950	5 943	650	5 199	3 987
Mancarra	223	280	226	200	110

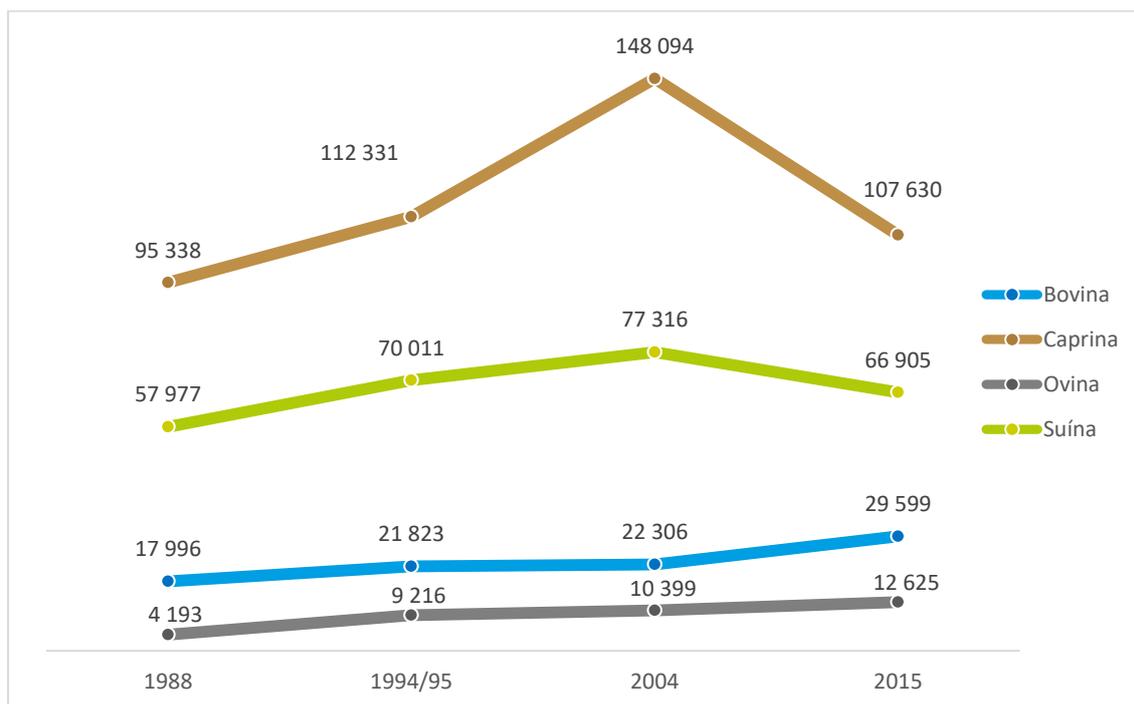
Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Tabela 2.3-10 – Efetivo Pecuário em Cabo Verde, por espécie e ano (1988, 1994/95, 2004 e 2015)

	1988	1994/95	2004	2015
	(Nº)			
Bovinos	17 996	21 823	22 306	29 599
Caprinos	95 338	112 331	148 094	107 630
Ovinos	4 193	9 216	10 400	12 625
Suínos	57 977	70 011	77 316	66 905

Fonte: MAA, V Recenseamento Geral da Agricultura 2015 – Resultados, 2017

Gráfico 2.3-2 – Efetivo pecuário em Cabo Verde, por espécies (1988, 1994/95, 2004 e 2015)



Fonte: MAA, V Recenseamento Geral da Agricultura 2015 – Resultados, 2017

COMPONENTE 3
RESÍDUOS



3 RESÍDUOS

O componente 3 contém estatísticas sobre a quantidade e características dos resíduos gerados pela produção humana e processos de consumo, sua gestão e sua liberação final para o meio ambiente.

Os resíduos são fluxos de materiais sólidos, líquidos e gasosos, e energia, que são descartados, descarregados ou emitidos por estabelecimentos e famílias através de processos de produção, consumo ou acumulação. Os resíduos podem ser descartados, descarregados ou emitidos diretamente para o meio ambiente ou ser capturados, recolhidos, tratados, reciclados ou reutilizados. O FDES 2013 abrange os principais grupos de resíduos que são as emissões de substâncias para o ar, água ou solo; as águas residuais; os resíduos e a liberação de produtos resultantes da aplicação de substâncias químicas (usos dissipativos de produtos no SEEA). Como exemplo de liberação de produtos resultantes da aplicação de produtos químicos, temos os fertilizantes e os pesticidas, parte dos quais pode ser absorvida no processo de produção enquanto o resto permanecerá no meio ambiente e poderá causar poluição.

As emissões, as águas residuais e os resíduos podem ter diferentes impactos e efeitos na saúde humana e no ecossistema. Eles serão absorvidos ou persistirão e se concentrarão de forma diferente, com base em sua natureza, escala e uma combinação de dinâmicas ambientais locais (por exemplo: vento, correntes, bem como características do solo, ar e massas de água). As substâncias são, às vezes, libertadas ou eliminadas com pouco ou nenhum tratamento, mas, cada vez mais, as emissões são tratadas para reduzir os poluentes antes de serem libertados para o meio ambiente. Esses processos de tratamento e gestão (incluindo as suas infraestruturas) também estão incluídos neste componente 3. Os resíduos têm um impacto no ambiente que pode ser medido em termos de suas concentrações nos meios e essas estatísticas estão englobadas no Subcomponente 1.3: Qualidade Ambiental.

O componente 3 contém quatro subcomponentes:

- Subcomponente 3.1: Emissões Atmosféricas;
- Subcomponente 3.2: Geração e Gestão de Águas Residuais;
- Subcomponente 3.3: Geração e Gestão de Resíduos; e
- Subcomponente 3.4: Liberação de Substâncias Químicas.

Neste documento só foi possível apresentar tabulações estatísticas para os Subcomponentes 3.1, 3.2 e 3.3.

3.1 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Tabela 3.1-1 – Total de emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em Cabo Verde, por tipo de gás (1995, 2000, 2005 e 2010)

Tipo de gases	1995	2000	2005	2010
	Gigagrama (Gg)			
Dióxido de carbono (CO ₂)	23,46	58,57	297,40	292,84
Metano (CH ₄)	3,98	3,89	4,50	5,71
Oxido Nitroso (N ₂ O)	0,19	0,20	0,19	0,23
Toneladas (t)				
Hidrofluorcarbonetos (HFC)	NE	0,10	0,59	1,91

NE – Não estimado.

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)

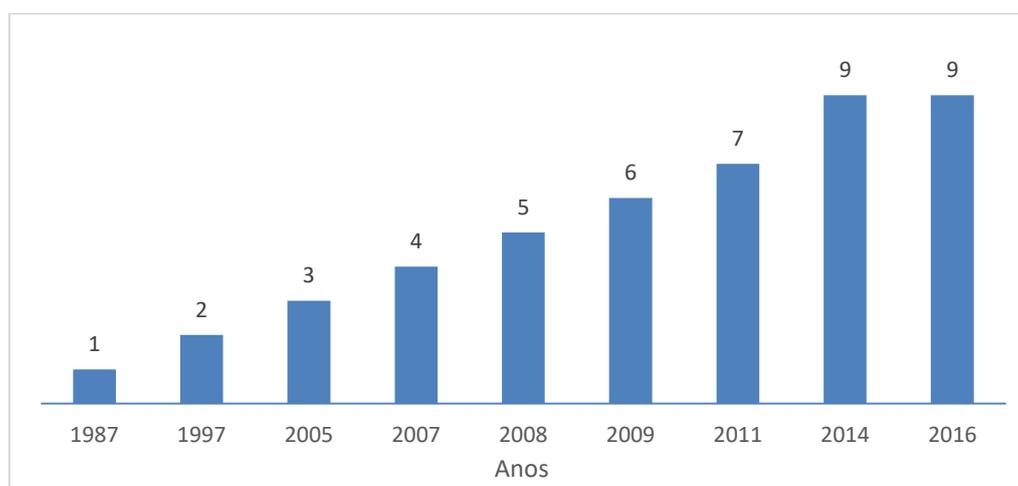
Tabela 3.1-2 – Total de emissões indiretas de GEE em Cabo Verde, por tipo de gás (1995, 2000, 2005 e 2010)

Tipo de gases	1995	2000	2005	2010
	(Gg)			
Dióxido de enxofre (SO ₂)	0,00	0,00	-	-
Óxidos de Nitrogénio (NO _x)	2,22	2,61	4,09	3,62
Compostos Orgânicos Voláteis Não-Metânicos (COVNM)	2,60	2,70	3,68	4,03
Outros:				
Monóxido de carbono (CO)	32,00	30,94	36,66	32,57
Óxidos de enxofre (SO _x)	0,00	0,00	-	-

Fonte: INMG

3.2 GERAÇÃO E GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Gráfico 3.2-1 – Número de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em Cabo Verde, por ano (1987, 1997, 2005, 2007-2009, 2011, 2014 e 2016)



Fonte: Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS)

Tabela 3.2-1 – Capacidade das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em Cabo Verde (2016)

Ilha	Localidade	Capacidade instalada para o tratamento (m3/dia)	Volume de água recolhida e tratada (m3/dia)	Nível de tratamento / Processo
Santiago	Tarrafal	663	≈300	Tratamento Secundário: Gradagem; Decantador primário "digestão anaeróbica". Lagoas de tratamento; decantador secundário.
	São Miguel	900	-	Tratamento Secundário: Gradagem, decantadores; Bacia de infiltração.
	Santa Cruz	1000	≈200	Tratamento Secundário: Flotação, Desarenador/desengordurador, Gradagem; Decantadores primário e secundário "digestão anaeróbica". bacia de infiltração
	Santa Catarina	225	144	Tratamento Secundário: Gradagem; Decantador primário "digestão anaeróbica" Filtro de Brita; Lagoa de tratamento; Filtro de areia; Lagoa de maturação.
	Praia	8120	2759	Tratamento Terciário (em remodelação, funcionando apenas com o tratamento secundário): Gradagem, desarenador, decantador primário, tanque de arejamento, decantador secundário, tamisador, digestor anaeróbico, desinfecção, UV.
São Vicente	Ribeira De Vinha	5000	≈1700	Tratamento Secundário: Gradagem, Desareador, Lagoas de tratamento "digestão anaeróbica".
Sal	Santa Maria-APP	1000	750	Tratamento Terciário: Tamisador, tanque de arejamento, tanque biológico, decantador secundário, tratamento terciário, com desinfecção.
Boa Vista	Chaves	1000	≈500	Tratamento Secundário: Gradagem, tamisador, desengordurador, decantador, reator biológico, reator de membrana.
	Lacacão	1000	433	Tratamento Secundário: Gradagem, tamisador, desengordurador, decantador.

Fonte: Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS)

3.3 GERAÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS

Tabela 3.3-1 – Quantidade de resíduos gerados em Cabo Verde, por categoria de resíduos (2003 e 2015)

Categoria de resíduos	2003 [toneladas (t)]	2015 [toneladas (t)]
Resíduos Urbanos	101 000	170 636
Resíduos de construção e demolições	100 000	-
Lamas de ETAR	100	-
Lamas de fossas	0	-
Resíduos hospitalares	76	-
Sucatas	2 000	-
Óleos usados	1 200	-
Pneus	600	-

Fonte (2003): MAA, PANA II - Volume V - EDB - Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, 2003

Fonte (2015): ANAS, Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (PENGeR), 2016.

Tabela 3.3-2 – Quantidade de resíduos urbanos gerados ou produzidos, por municípios (2015)

Municípios	Quantidade de Resíduos Urbanos gerados (t)	Capitação* (kg/dia.hab)
Cabo Verde	170 636	0,87
Ribeira Grande	3 141	0,50
Paul	862	0,39
Porto Novo	4 175	0,65
São Vicente	37 588	1,27
Ribeira Brava	1 689	0,64
Tarrafal de S. Nicolau	1 051	0,55
Sal	12 119	0,87
Boa Vista	6 086	0,89
Maio	1 359	0,53
Tarrafal	3 455	0,52
Santa Catarina	12 151	0,74
Santa Cruz	4 708	0,49
Praia	63 210	1,14
São Domingos	2 556	0,50
São Miguel	2 626	0,49
São Salvador do Mundo	1 242	0,39
São Lourenço dos Órgãos	1 297	0,50
Ribeira Grande de Santiago	1 433	0,47
Mosteiros	1 927	0,56
Santa Catarina do Fogo	762	0,39
S. Filipe	6 189	0,80
Brava	1 010	0,48

(*) - População total de Cabo Verde considerada em 2015 foi 534 755 habitantes.

Fonte: ANAS, Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (PENGeR), 2016

Tabela 3.3-3 – Total de resíduos urbanos recolhidos por municípios (2003, 2012, 2013 e 2015)

Municípios	2003	2012 ^(E)	2013 ^(E)	2015
	Toneladas (t)			
Cabo Verde	66 386,0	147 928,6	144 953,4	152 595,0
Ribeira Grande	2 555,0	2 655,0	2 700,0	-
Paul	319,0	790,6	790,6	-
Porto Novo	1 515,0	1 367,5	1 357,8	-
São Vicente	13 140,0	44 904,8	42 602,3	-
Ribeira Brava	3 468 ⁽¹⁾	1 780,0	1 759,9	-
Tarrafal de S. Nicolau		1 032,5	1 079,6	-
Sal	10 950,0	7 608,5	8 016,1	-
Boa Vista	1 697,0	6 876,2	6 876,2	-
Maio	1 825,0	720,3	720,0	-
Tarrafal	1 424,0	4 702,0	4 795,8	-
Santa Catarina	9 308 ⁽²⁾	6 131,7	6 131,7	-
Santa Cruz	675 ⁽³⁾	4 680,0	4 667,5	-
Praia	16 425 ⁽⁴⁾	57 326,9	55 758,2	-
São Domingos	493,0	1 516,4	1 543,6	-
São Miguel	639,0	470,4	537,6	-
S. Salvador do Mundo	-	375,4	438,0	-
S. Lourenço dos Órgãos	-	580,4	576,0	-
Ribeira Grande de Santiago	-	313,4	313,9	-
Mosteiros	173,0 ⁽⁵⁾	1 172,4	1 167,5	-
Santa Catarina do Fogo	-	317,6	488,0	-
S. Filipe	502 ⁽⁶⁾	1 678,6	1 715,0	-
Brava	1 278,0	928,0	918,0	-

(1) - Em 2003, para os municípios de S. Nicolau é apresentado apenas um valor que corresponde à ilha toda. Não foi possível desagregar esse dado pelos 2 municípios que existem nessa ilha.

(2) - Em 2003, o município de Santa Catarina incluía o de S. Salvador do Mundo.

(3) - Em 2003, o município de Santa Cruz incluía o de S. Lourenço dos Órgãos.

(4) - Em 2003, o município da Praia incluía o de Ribeira Grande de Santiago.

(5) - Em 2003, falta de dados sobre a quantidade media baseada no concelho de S. Filipe.

(6) - Em 2003, o município de S. Filipe incluía o de Santa Catarina do Fogo.

(E) – Em 2012 e 2013, os dados foram estimados e são apenas referentes aos Resíduos Urbanos recolhidos pelas entidades gestoras, ou seja, não abrangem os Resíduos Urbanos recolhidos por outras entidades.

Fonte (2003): MAA, PANA II - Volume V - EDB - Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, 2003

Fonte (2012 e 2013): INE, Inquérito sobre a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

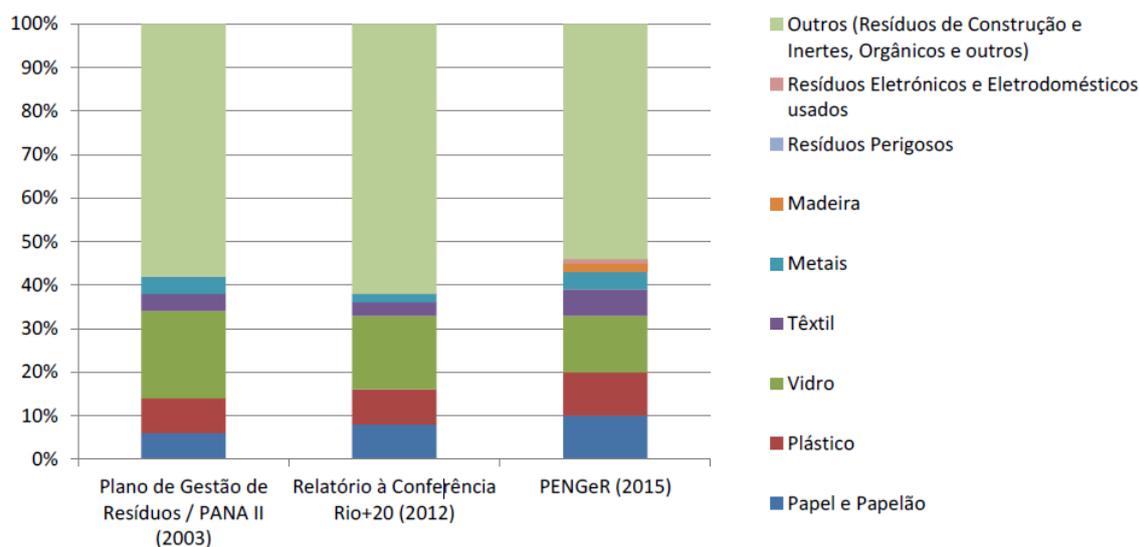
Fonte (2015): ANAS, PENGeR, 2016

Tabela 3.3-4 – Composição média de resíduos urbanos em Cabo Verde (2015)

Categorias	2015	
	Composição dos Resíduos Urbanos	
	Em peso (%)	Em volume (%)
Bio Resíduos	17,4	11,1
Papel / cartão	10,1	22,3
Plásticos Finos	4,6	11,3
Plásticos PET	2,1	8,7
Outros Plásticos	3,0	8,0
Garrafas de Vidro	11,9	5,1
Outros vidros e porcelanas	1,3	0,5
Compósitos "Tetrapak"	1,4	4,7
Outros Compósitos	1,7	3,0
Têxteis e Calçado	5,5	5,3
Consumíveis Higiênicos	7,6	4,1
Latas	2,4	3,6
Outros Metais	1,3	1,1
Madeiras	1,8	1,5
Resíduos Perigosos	0,5	1,2
Resíduos Elétricos / Eletrônicos	1,3	0,9
Resíduos de Construção e Demolição	3,9	1,2
Resíduos Hospitalares e equiparados	0,3	0,4
Outros resíduos (solos finos, borrachas)	21,7	6,2

Fonte: ANAS, PENGeR (2015-2030): Volume Complementar II Caracterização – Volume de desenvolvimento, 2016

Gráfico 3.3-1 – Composição média dos resíduos urbanos (em percentagem do peso) em Cabo Verde (2003, 2012 e 2015)



Nota: No Plano de Gestão de Resíduos (2003) e no Relatório à Conferência Rio+20 (2012), foram apresentadas composições dos resíduos sólidos urbanos para Cabo Verde, baseadas em amostragens realizadas na lixeira da Praia.

Fonte: ANAS, PENGeR, 2016

Tabela 3.3-5 – Quantidade de resíduos urbanos tratados em Cabo Verde, segundo o tipo de tratamento dado (2012, 2013 e 2015)

Tipo de Tratamento (Valorização ou Eliminação)	2012 ^(E)	2013 ^(E)	2015
	(t)		
Total	147 928,6	144 953,4	152 595,0
Depositado em lixeira / Vazadouro	140 320,1	136 937,3	140 495,0
Depositado em Aterro Controlado	7 608,5	8 016,1	12 100,0
Reciclado	0,0	0,0	0,0

(E) - Em 2012 e 2013, os dados foram estimados e são apenas referentes apenas aos Resíduos Urbanos recolhidos pelas entidades gestoras, ou seja, não abrange os Resíduos Urbanos recolhidos ou tratados por outras entidades.

Fonte (2012 e 2013): INE, Inquérito sobre a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

Fonte (2003): MAA, PANA II - Volume V - EDB - Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, 2003

Fonte (2015): ANAS, PENGeR, 2016

Tabela 3.3-6 – Estimativa da quantidade de resíduos encaminhados e depositados, por municípios (2015)

	2015 (t)
Cabo Verde	152 595,0
Ribeira Grande	2 750,0
Paul	699,0
Porto Novo	3 723,0
São Vicente	37 588,0
Ribeira Brava	1 655,0
Tarrafal de S. Nicolau	990,0
Sal	12 100,0
Boa Vista	6 086,0
Maio	1 359,0
Tarrafal	2 831,0
Santa Catarina	4 724,0
Santa Cruz	3 450,0
Praia	60 094,0
São Domingos	1 650,0
São Miguel	1 300,0
S. Salvador do Mundo	441,0
S. Lourenço dos Órgãos	760,0
Ribeira Grande de Santiago	814,0
Mosteiros (5)	1 927,0
Santa Catarina do Fogo	650,0
S. Filipe	6 084,0
Brava	920,0

Fonte (2015): ANAS, PENGeR, 2016

Tabela 3.3-7 – Evolução das infraestruturas oficiais de tratamento (valorização ou eliminação) de resíduos urbanos em Cabo Verde (2011-2013 e 2015)

Tipo de Infraestruturas Oficiais	2011	2012	2013	2015
	(Nº)			
Total	18	17	17	19
Lixeira oficial	16	16	16	17
Aterro Controlado	1	1	1	1
Aterro Sanitário	0	0	0	1
Sistema contentorizado de incineração	1	0	0	0

Fonte (2011-2013): INE, Inquérito sobre a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

Fonte (2015): ANAS, PENGeR, 2016

Tabela 3.3-8 – Infraestruturas oficiais de deposição final de resíduos urbanos, por tipo e por ilha (2015)

	Nº de Infraestruturas de Deposição Final			Total
	Lixeira oficial	Aterro Controlado	Aterro Sanitário	
Cabo Verde	17	1	1	19
Santo Antão	3	0	0	3
S. Vicente	1	0	0	1
S. Nicolau	2	0	0	2
Sal	0	1	0	1
Boa Vista	1	0	0	1
Maio	1	0	0	1
Santiago	5	0	1	6
Fogo	3	0	0	3
Brava	1	0	0	1

Fonte: ANAS, PENGeR, 2016

COMPONENTE 4
**EVENTOS EXTREMOS E
DESASTRES**



4 EVENTOS EXTREMOS E DESASTRES

Este componente organiza estatísticas sobre a ocorrência de eventos extremos e desastres e seus impactos no bem-estar humano e na infraestrutura do subsistema humano. Os fornecedores de dados mais comuns são as autoridades nacionais e subnacionais responsáveis pela gestão e assistência de desastres; agências de gestão de emergência e resposta; companhias de seguros; operadores de satélites óticos e de radar para informações de satélite; e centros de pesquisa e monitorização sísmica.

O componente 4 contém dois subcomponentes:

- Subcomponente 4.1: Eventos extremos e desastres naturais; e
- Subcomponente 4.2: Desastres tecnológicos.

O **Subcomponente 4.1: Eventos extremos e desastres naturais** organiza estatísticas sobre a frequência e intensidade de eventos extremos e desastres decorrentes de fenômenos naturais, bem como seu impacto nas vidas e habitats humanos e no meio ambiente como um todo. As estatísticas sobre eventos extremos naturais e desastres são importantes para os formuladores de políticas, analistas e sociedade civil, não só para avaliar o impacto de um desastre contínuo, como também para monitorar a frequência, intensidade e impacto de desastres ao longo do tempo.

Um evento extremo é aquele que é raro dentro de sua distribuição estatística de referência num determinado local. Um desastre é frequentemente descrito como resultado da exposição a um evento extremo. O Centro de Investigação sobre a Epidemiologia dos Desastres (em inglês: *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters* (CRED)) define um desastre como um "evento imprevisto e muitas vezes repentino que causa grandes danos, destruição e sofrimento humano". Muitas vezes, excede as capacidades de resposta local e requer assistência externa a nível nacional ou internacional nível.

Os eventos extremos e os desastres naturais afetam vidas humanas, habitats e ecossistemas de acordo com sua intensidade. As condições sociais e de infraestruturas de um determinado habitat humano podem piorar ou mitigar os impactos e os efeitos das catástrofes naturais.

Nas últimas décadas, o aumento dos eventos extremos levou a desastres naturais mais frequentes, mais intensos, mais destrutivos e mortais. A mudança climática tem sido associada à crescente frequência e severidade de eventos climáticos extremos, em particular o aumento das temperaturas globais, o aumento do nível do mar, o aumento das tempestades e precipitações, as secas, as inundações, os ciclones tropicais, os furacões, os tornados e outras perturbações climáticas em muitos lugares ao redor do mundo. À medida que a ocorrência e a intensidade de

eventos extremos e desastres naturais tem vindo globalmente a aumentar, os países tem vindo a enfrentar maiores impactos sociais e económicos.

As estatísticas organizadas sobre este componente levam em consideração toda a sequência associada à ocorrência e ao impacto de cada evento individual, incluindo o tipo, as estatísticas sobre o impacto da catástrofe, as pessoas afetadas e a avaliação da perda económica. As estatísticas relativas aos problemas de saúde indiretos associados a desastres naturais são abordadas no Subcomponente 5.2: Saúde Ambiental. Estatísticas relacionadas à preparação para desastres podem ser encontradas no Subcomponente 6.3: Preparação para eventos e gestão de desastres.

O **Subcomponente 4.2: Desastres tecnológicos** organiza estatísticas sobre desastres tecnológicos. Esses desastres podem surgir como resultado de intenção humana, negligência ou erro, ou aplicações tecnológicas defeituosas ou falhas. Este subcomponente agrupa informações sobre a ocorrência e o impacto de tais catástrofes nas vidas humanas, nos habitats, no meio ambiente e na preparação para desastres para tais tipos de desastres.

O CRED reconhece três tipos de desastres tecnológicos: acidentes industriais, que abrangem os acidentes associados ao derramamento de produtos químicos, colapso, explosão, incêndio, fuga de gás, envenenamento, radiação e outros; acidentes de transporte, que incluem acidentes associados ao ar, estrada, caminhos de ferro e água; e acidentes diversos, que abrangem os acidentes associados ao colapso, explosão, fogo e outros desastres de origem variada. Todos esses tipos de catástrofes podem afetar grandes áreas e afetar tanto a segurança humana quanto o meio ambiente, tanto a curto como a longo prazo.

Neste documento só foi possível apresentar tabulações estatísticas para o Subcomponente 4.1.

4.1 EVENTOS EXTREMOS E DESASTRES NATURAIS

Tabela 4.1-1 – Registo histórico das erupções vulcânicas na ilha do Fogo, Cabo Verde (1500-2014)

Nº	Ano	Posição das crateras	Estilo eruptivo	Tipo de produtos	Área coberta pelas escoadas lávicas	Duração	Sinais precursores e danos	Outros fenómenos	Bibliografia
1	1500	Pico do Fogo e um dos flancos	Havaiano / Estromboliano	Piroclastos (escórias) e escoadas lávicas	-	-	Piroclastos, cobriu a ilha e o mar à volta	-	a) / w) / x) / y)
2	1564	Pico do Fogo	Estromboliano	Piroclastos	-	-	Toda ilha como que queimada pela abundancia de fogo	-	b) / r) / y) / ac)
3	1578	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Coluna eruptiva (gases vulcânicos e piroclastos) e escoadas lávicas	-	-	-	-	ac) / ae)
4	1596	Pico do Fogo	Estromboliano	Piroclastos	-	-	Chuva de cinzas densa que se podia escrever o nome no convés.	-	c) / r) / y) / ac) / ae)
5	1604	Pico do Fogo e seus flancos	Havaiano / Estromboliano	Fontes de lavas; Gases vulcânicos sulfurosos	-	-	Cobertura de terrenos férteis por parte das escoadas lávicas.	-	d) / r) / y) / ac)
6	1662 / 1663	Pico do Fogo e mais 2 bocas	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas que atingiram ao mar e piroclastos incandescentes, projetado a grande altitude	4,4 km ²	-	Grande projeção de piroclastos incandescente. Escoadas lávicas atingiram ao mar.	-	e) / s) / y) / al)
7	1675	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas, fontes de lavas e piroclastos	-	-	Violentos terremotos. Algumas famílias refugiaram na ilha Brava. Escoadas lávicas destruíram maior parte das sementeiras.	Acompanhada de um violento terramoto	p) / s) / t) / ac) / aj)
8	1680	Pico do Fogo (?)	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas, fontes de lavas e piroclastos	-	-	Sismo precursor sentido na ilha toda. Destruição de algumas propriedades por escoadas lávicas.	Tremores de terra sentida em toda ilha, marcou o início da	f) / p) / r) / v) / y) / t) / ac) / aj)

Nº	Ano	Posição das crateras	Estilo eruptivo	Tipo de produtos	Área coberta pelas escoadas lávicas	Duração	Sinais precursoros e danos	Outros fenómenos	Bibliografia
							Alguns proprietários que perderam as suas propriedades foram para a Brava.	erupção.	
9	1683	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Fontes de lavas	-	-	Não há porque foi observada de longe.	-	g) / r) / y) / ac)
10	1689	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Fontes de lavas. Gases vulcânicos sulfurosos.	-	-	Habitantes a sentirem os efeitos dos gases (sentir incomodado). Dispersão de grande quantidade de piroclastos, inclusive no mar.	-	h) / r) / y) / ac) / ae)
11	1693	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Coluna eruptiva composta por gases vulcânicos e piroclastos	-	-	Não há porque foi observada de longe.	-	i) / r) / y) / ac)
12	1695	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas e gases vulcânicos	-	-	-	-	j) / r) / y) / ac) / ae)
13	1699	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Fonte de lavas e coluna eruptiva	-	Pelo menos 17 dias	Sem referência.	-	g) / k) / r) / y) / ac) / ae)
14	1712	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas e piroclastos	-	-	Sem referência.	-	l) / r) / y) / ac) / ae)
15	1713	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Fonte de lavas e grossa coluna eruptiva emitido em modo contínuo	-	-	Deve ter causados danos, uma vez que o autor afirma que era terrível de ver.	-	m) / r) / y) / ac) / ae)
16	1722 a 1724	Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas e piroclastos incandescentes	-	-	Cinzas e escórias cobriram grande parte de terrenos adjacentes e sufocaram algumas cabras.	-	n) / r) / y) / ac) / ae) / al)

Nº	Ano	Posição das crateras	Estilo eruptivo	Tipo de produtos	Área coberta pelas escoadas lávicas	Duração	Sinais precursores e danos	Outros fenómenos	Bibliografia
17	1757	Pico do Fogo	Estromboliano	Piroclastos de queda	-	Provavelmente um dia.	Grande escuridão semelhante a tempestade, que fez com que a população se refugiasse nos templos. Areias caíram tanto na ilha do fogo como na de Santiago.	-	aa) / ac) / ag)
18	1761	Flanco do Pico do Fogo	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas que atingiram ao mar e piroclastos	-	-	Cobertura de terrenos pelas escoadas lávicas.	-	aa) / p) / s) / y) / t) / ac) / ag) / aj)
19	1769	Base do Pico do Fogo – Flanco S (Monte d'Aipo)	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas que atingiram ao mar e piroclastos	6,26 km ²	Aproximadamente 15 dias	Cobertura de terrenos pelas escoadas lávicas.	-	p) / r) / v) / t) / ac) / ag) / aj) / al)
20	1785	Pico do Fogo. Quatro bocas do lado E/NE	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas que atingiram ao mar e piroclastos	4,67 km ²	32 Dias	Precedida por um forte sismo sentido na ilha toda.	Precedida de abalos de terra e ruídos subterrâneos.	f) / o) / p) / q) / r) / s) / v) / y) / t) / ac) / ag) / ai) / aj) / ak) / al)
21	1799	Pico do Fogo (?). Várias bocas do lado N	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas que atingiram ao mar e piroclastos	1,01 km ²	26 Dias	Precedida por um forte sismo sentido na ilha toda. Escoadas lávicas inundaram grande parte de terrenos.	Precedida de abalos de terra e ruídos subterrâneos.	f) / p) / r) / v) / y) / t) / ac) / af) / ag) / ai) / aj) / ak) / al)
22	1816	Base do Pico do Fogo – Flanco N/NE	Havaiano	Escoadas lávicas que atingiram ao mar e coluna eruptiva.	3,65 km ²	-	Cobertura de terreno pelas lavas.	-	f) / p) / s) / r) / y) / t) / ac) / ag) / ai) / aj) / al)
23	1847	Flanco norte do Pico do Fogo. Outras na Chã (?)	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas que atingiram ao mar em apenas 4 horas e piroclastos de diversas dimensões	4,82 km ²	Aproximadamente um mês	Morte de uma criança de 6 anos e 4 feridos no sítio de Bombardeiro por sismo. Morte de 2 animais por escoadas lávicas. Destruição de terrenos agrícolas, culturas e habitações.	Precedida de ruídos subterrâneos e 3 sismos.	p) / r) / s) / v) / y) / z) / t) / ac) / ah) / ai) / aj) / ak) / al)

Nº	Ano	Posição das crateras	Estilo eruptivo	Tipo de produtos	Área coberta pelas escoadas lávicas	Duração	Sinais precursores e danos	Outros fenómenos	Bibliografia
24	1852	Flanco do Pico do Fogo e no lado norte da Chã.	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas, fontes de lavas. Piroclastos de quedas. Gases vulcânicos sulfurosos.	1,82 km ²	-	-	Não foi acompanhada de abalos de terra;	q) / s) / v) / y) / z) / t) / ac) / ai) / ak) / al)
25	1857	Pico do Fogo (?)	Havaiano / Estromboliano	Piroclastos e escoadas lávicas	-	Provavelmente um dia (27/6).	Areia e cinzas escureceram o ar e caíram na ilha Brava.	-	ab) / ac) / ak) / al)
26	1857	Base do Pico do Fogo (Flanco sul)	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas que atingiram ao mar e piroclastos	-	Aproximadamente um mês	Grande estrago nos terrenos de cultivo e culturas. Destruição de habitações.	-	s) / v) / y) / z) / ac) / ak) / al)
27	1858	-	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas que atingiram ao mar	-	Alguns dias.	Uma curta erupção em que as lavas atingiram ao mar	-	s) / z)
28	1909	-	Explosivo	Cinzas (pó fino amarelo)	-	Provavelmente algumas horas.	Aumento da temperatura e queda de um pó fino (terra amarela).	-	u)
29	1951	Base do Pico do Fogo (Flanco sul e norte/noroeste)	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas atingiram ao mar. Piroclastos de queda. Coluna eruptiva que atingiu 9 km.	8,37 km ²	Mais de 2 meses.	Precedida e acompanhada por sismos fortes sentidos em toda ilha. Destruição de pelo menos 28 habitações, terrenos de cultivo, estradas e outras infraestruturas.	Violentos abalos de terra precederam e acompanharam a erupção.	y)
30	1995	Base oeste do Pico do Fogo (interior da caldeira)	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas, fontes de lavas. Piroclastos de quedas. Gases vulcânicos sulfurosos.	4,2 km ²	54 Dias.	Precedida e acompanhada por sismos. Relatos de aumento da desgaseificação temperatura do solo na cratera do Pico do Fogo.	Tremores de terra de pequenas intensidades desde o dia 25 de março. Três sismos no dia 2 de Abril (as 7, 15 e 20 horas)	Vários

Nº	Ano	Posição das crateras	Estilo eruptivo	Tipo de produtos	Área coberta pelas escoadas lávicas	Duração	Sinais precursores e danos	Outros fenómenos	Bibliografia
31	2014	Base oeste do Pico do Fogo (interior da caldeira)	Havaiano / Estromboliano	Escoadas lávicas, fontes de lavas. Piroclastos de quedas. Gases vulcânicos sulfurosos.	4,67 km ²	77 Dias.	Destruição quase por completo dos povoados de Portela, Bangaeira e Ilhéu de Losna. Destruição das adegas, terrenos de cultivo e culturas, sede do parque, escolas, polidesportivo, infraestruturas turísticas, igrejas, cortes de estradas, comunicações.	Sismos dia antes e tremor harmónico durante a noite que antecedeu a erupção	

a) Valentim Fernandes / b) George Fenner / c) Antony Sherlei / d) Jean Mocquet / e) Fr. André de Faro / f) Lopes de Lima / g) Dampier / h) Ovington / i) Thomas Phillips / j) Froger / k) Debauchesne / l) Frezier / m) Daniel Beeckman / n) Roberts / o) Feijó / p) Souza Monteiro / q) Valdez / r) Saint-Claire Deville / s) Senna de Barcelos / t) Abranches u) Immanuel Friedlaender / v) Bebiano / w) A. Baião / x) Fontoura da Costa / y) Orlando Ribeiro / z) carta escrita ao governador da província / aa) Anónimo / ab) Anónimo / ac) Botelho da Costa / ad) Francis Dracke / ae) Prévost / af) Castilho / ag) Chelmicki / ah) Vasconcellos / ai) Brito Capelo / aj) Lacerda / ak) Machado / al) Torres et al.,

Fonte: Cabral, J. A. (2015) – Avaliação dos perigos vulcânicos e fenómenos associados na ilha do Fogo (Cabo Verde): Implicação para o planeamento de emergência e ordenamento do território. Tese de Doutoramento no ramo da Geologia, especialidade de Vulcanologia. Uni. dos Açores, Dep. Geociências, 281 p.

COMPONENTE 5
**ASSENTAMENTOS HUMANOS E
SAUDE AMBIENTAL**



5 ASSENTAMENTOS HUMANOS E SAÚDE AMBIENTAL

Este componente contém estatísticas sobre o meio ambiente em que os seres humanos vivem e trabalham, particularmente no que se refere às condições de vida e à saúde ambiental. Estas estatísticas são importantes para a gestão e melhoria das condições relacionadas aos assentamentos humanos, condições de abrigo, água potável, saneamento e saúde, particularmente no contexto da rápida urbanização, aumento da poluição, degradação ambiental, desastres, eventos extremos e mudanças climáticas.

O aumento das concentrações de seres humanos nos assentamentos urbanos modernos representa desafios especiais para os seres humanos, bem como para os ambientes físicos nos quais esses assentamentos estão localizados. A poluição do ar, da água ou do solo devido a atividades em assentamentos humanos causa mudanças ambientais contínuas que podem ter efeitos prejudiciais sobre a agricultura, os recursos hídricos, o setor de energia e a saúde humana. A capacidade ou a resiliência do meio ambiente para lidar com os impactos ambientais causados pela habitação humana podem influenciar tanto a saúde dos assentamentos humanos quanto o ambiente natural com o qual está associado.

O bem-estar e os riscos para a saúde associados ao meio ambiente (e aqueles representados por eventos extremos e desastres) podem ser mitigados substancialmente pelas condições e características preponderantes dos assentamentos humanos. Vários fatores podem mitigar ou aumentar o efeito dos riscos ambientais e de liquidação no bem-estar humano. Esses fatores incluem a infraestrutura apropriada que pode fornecer água e saneamento, disposição adequada de lixo, planejamento inteligente do uso do solo, transporte limpo e seguro, construção segura de edifícios e outras medidas de boas habitação e saúde do ecossistema. Essas condições podem melhorar um dado assentamento humano, bem-estar humano e saúde. Por outro lado, os assentamentos humanos vulneráveis são os que sofrem maiores impactos com as mudanças ambientais e se recuperam mais devagar da poluição, da degradação ambiental e de eventos extremos e desastres.

O componente 5 contém dois subcomponentes:

- Subcomponente 5.1: Assentamentos Humanos; e
- Subcomponente 5.2: Saúde Ambiental.

5.1 ASSENTAMENTOS HUMANOS

Tabela 5.1-1 – População que vive em zonas urbanas e rurais, por meio de residência (1970, 1980, 1990, 2000, 2010, 2012-2016)

População	1970	1980	1990	2000	2010	2012	2013	2014	2015	2016
	(Nº)									
Cabo Verde	270 999	295 703	341 491	434 625	491 683	505 848	512 097	518 468	524 623	530 931
Meio de Residência:										
Urbano	29 773	25 980	150 599	234 368	303 673	321 141	333 161	341 103	349 094	355 764
Rural	241 226	269 723	190 892	200 257	188 010	184 707	178 936	177 365	175 529	175 167

Fonte (1970): INE, Recenseamento Geral da População

Fonte (1980, 1990, 2000 e 2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2012-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-2 – Distribuição percentual da População que vive em zonas urbanas e rurais, por meio de residência (1970, 1980, 1990, 2000, 2010, 2012-2016)

População	1970	1980	1990	2000	2010	2012	2013	2014	2015	2016
	Porcentagem (%)									
Cabo Verde	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Meio de Residência:										
Urbano	11,0	8,8	44,1	53,9	61,8	63,5	65,1	65,8	66,5	67,0
Rural	89,0	91,2	55,9	46,1	38,2	36,5	34,9	34,2	33,5	33,0

Fonte (1970): INE, Recenseamento Geral da População

Fonte (1980, 1990, 2000 e 2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2012-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-3 – Percentagem da população com ligação à rede pública de distribuição de água, por sexo, meio de residência e concelho (2007, 2010, 2012-2016)

	2007	2010	2012	2013	2014	2015	2016
	(%)						
Cabo Verde	49,0	53,8	61,1	59,9	61,0	64,7	66,4
Sexo							
Masculino	-	53,4	-	59,0	59,7	64,2	65,3
Feminino	-	54,2	-	60,9	62,2	65,2	67,6
Meio Residência							
Urbano	57,8	60,9	67,0	65,4	67,2	69,2	70,5
Rural	37,4	42,5	50,9	49,8	49,0	55,6	58,2
Concelho							
Ribeira Grande	-	81,4	89,1	84,6	83,6	86,8	83,3
Paul	-	76,8	83,4	77,9	76,0	77,9	84,0
Porto Novo	-	61,8	73,5	78,2	75,8	78,2	75,5
S. Vicente	-	56,6	59,1	60,4	61,8	66,6	65,2
Ribeira Brava	-	58,5	81,8	82,4	84,8	88,4	88,8
Tarrafal de S. Nicolau	-	76,3	86,7	83,5	93,6	89,3	94,0
Sal	-	48,2	60,1	66,0	65,6	66,6	70,0
Boavista	-	34,2	30,8	32,2	33,7	33,9	35,7
Maio	-	78,3	78,0	74,0	78,9	80,7	76,5
Tarrafal	-	69,0	78,9	75,9	76,1	84,9	81,4
Santa Catarina	-	46,4	49,2	44,6	45,1	57,2	70,4
Santa Cruz	-	63,7	68,3	67,5	63,5	65,9	66,8
Praia	-	48,5	58,6	55,1	58,8	61,0	63,7
S. Domingos	-	32,1	42,4	38,0	35,0	37,9	38,0
S. Miguel	-	54,7	63,0	53,8	53,1	54,8	55,8
S. Salvador do Mundo	-	15,5	27,5	26,3	30,3	27,1	29,9
S. Lourenço dos Órgãos	-	63,2	79,5	79,1	82,4	80,0	76,5
Ribeira Grande de Santiago	-	50,0	64,5	81,6	74,3	75,7	77,9
Mosteiros	-	41,5	42,1	47,1	47,3	56,8	60,0
S. Filipe	-	59,6	63,1	66,6	66,0	72,2	70,7
Santa Catarina do Fogo	-	35,7	54,0	53,5	51,8	74,1	71,7
Brava	-	67,8	83,0	78,2	87,0	84,0	91,5

Fonte (2007): INE, Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB)

Fonte (2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2012-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-4 – Percentagem da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável*, por sexo, meio de residência e concelho (1980, 1990, 2000, 2007, 2010, 2012-2016)

	1980	1990	2000	2007	2010	2012	2013	2014	2015	2016
	(%)									
Cabo Verde	7,3	61,9	69,2	82,6	82,5	84,5	84,3	85,9	85,1	85,5
Sexo										
Masculino	-	-	69,2	-	82,6	-	84,4	86,1	85,1	85,2
Feminino	-	-	69,3	-	82,5	-	84,1	85,6	85,2	85,7
Meio Residência										
Urbano	-	86,6	77,0	90,7	90,3	91,6	92,5	93,2	92,1	92,3
Rural	-	42,6	60,2	71,8	70,0	72,2	69,0	71,8	71,3	71,5
Concelho										
Ribeira Grande	4,1	59,7	86,5	-	93,3	94,7	93,5	91,2	94,7	91,4
Paul	2,9	54,2	76,4	-	89,0	90,4	88,5	89,0	89,8	89,9
Porto Novo	4,0	64,9	65,2	-	89,1	92,2	94,5	94,8	92,9	89,3
S. Vicente	26,8	71,8	57,9	-	85,0	91,9	93,0	92,5	94,9	94,7
Ribeira Brava ⁽¹⁾			89,5	-	93,0	99,0	96,7	98,1	98,0	99,7
Tarrafal de S. Nicolau ⁽¹⁾	0,8	81,1	80,0	-	94,6	93,0	94,0	94,2	92,0	97,3
Sal	6,5	94,5	91,7	-	84,1	92,8	92,6	93,3	93,7	95,9
Boavista	2,7	70,0	76,1	-	78,5	80,3	64,1	72,0	65,4	65,4
Maio	0,3	98,6	92,4	-	95,4	96,1	93,5	96,2	96,6	92,3
Tarrafal	3,1	39,0	79,5	-	87,9	92,2	91,5	94,3	94,8	92,3
Santa Catarina	3,7	42,7	58,3	-	69,1	64,6	63,9	72,1	76,4	79,9
Santa Cruz	0,6	42,8	71,9	-	75,9	80,9	78,6	79,0	78,8	80,2
Praia	13,5	89,2	79,9	-	90,3	89,6	92,4	93,9	90,3	91,8
S. Domingos	0,8	33,1	56,6	-	85,2	88,0	80,5	60,7	50,2	42,0
S. Miguel	0,2	27,9	54,9	-	64,9	73,5	61,6	59,1	66,6	60,4
S. Salvador do Mundo	0,0	21,2	27,7	-	38,4	41,8	40,2	43,4	34,6	37,5
S. Lourenço dos Órgãos	0,1	30,8	55,8	-	76,8	78,4	83,6	83,5	76,3	77,4
Ribeira Grande de Santiago	0,2	25,7	45,4	-	67,1	79,0	83,4	78,4	70,0	76,8
Mosteiros	1,3	45,2	52,0	-	63,8	54,4	51,5	60,8	63,9	63,0
S. Filipe	4,5	65,6	70,9	-	78,6	72,7	70,8	81,3	80,9	77,1
Santa Catarina do Fogo	0,1	61,3	54,5	-	56,6	53,6	44,1	57,3	62,0	69,9
Brava	0,2	71,5	82,2	-	92,5	95,2	98,4	98,2	98,1	95,5

(*) Fontes de água consideradas como sendo melhoradas: rede pública de distribuição (água canalizada no alojamento ou proveniente da casa de vizinhos) e chafariz.

(1) - Em 1980 e 1990, é apresentado um valor único para a ilha de S. Nicolau. Não foi possível obter os dados desagregados pelos atuais 2 municípios que existem nessa ilha.

Fonte (1980, 1990, 2000 e 2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2007): INE, Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB)

Fonte (2012-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-5 – Percentagem da população com ligação à rede pública de esgoto, por sexo, meio de residência e concelho (2010, 2012-2016)

	2010	2012	2013	2014	2015	2016
	(%)					
Cabo Verde	17,3	19,5	20,7	19,8	20,9	24,5
Sexo						
Masculino	17,2	-	20,2	19,5	20,4	24,5
Feminino	17,3	-	21,2	20,0	21,4	24,4
Meio Residência						
Urbano	27,4	30,1	30,7	30,0	30,6	35,2
Rural	1,0	1,1	2,1	0,0	1,6	2,7
Concelho						
Ribeira Grande	10,2	6,2	5,3	16,4	3,0	5,8
Paul	10,4	6,1	8,9	8,4	6,2	3,6
Porto Novo	13,7	11,7	14,4	13,8	14,0	16,4
S. Vicente	68,5	76,7	76,0	70,5	73,7	75,7
Ribeira Brava	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,3
Tarrafal de S. Nicolau	0,0	0,0	0,3	0,0	0,6	0,4
Sal	4,5	2,6	2,0	1,4	0,8	4,3
Boavista	0,0	0,0	0,8	0,0	0,3	2,4
Maio	0,0	0,0	4,4	0,0	4,1	3,8
Tarrafal	4,1	9,9	15,1	7,1	18,7	21,0
Santa Catarina	1,5	0,0	0,3	1,8	2,9	3,2
Santa Cruz	7,3	14,4	18,5	21,7	20,7	25,5
Praia	17,9	20,1	22,6	21,3	23,2	31,3
S. Domingos	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3
S. Miguel	0,0	0,0	1,0	2,8	3,2	4,2
S. Salvador do Mundo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	1,2
S. Lourenço dos Órgãos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
Ribeira Grande de Santiago	0,0	0,0	1,0	0,0	0,6	0,0
Mosteiros	0,0	0,0	0,3	0,0	0,3	0,0
S. Filipe	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
Santa Catarina do Fogo	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,7
Brava	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0

Fonte (2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2012 - 2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-6 – Percentagem da população que usa instalações sanitárias melhoradas*, por sexo, meio de residência e concelho (1980, 1990, 2000, 2007, 2010, 2012-2016)

	1980 (1)	1990	2000	2007	2010	2012	2013	2014	2015	2016
	(%)									
Cabo Verde	12,2	24,5	39,2	59,4	63,6	72,9	71,8	73,9	77,2	80,3
Sexo										
Masculino	-	-	39,2	-	63,5	-	71,5	73,3	76,9	79,7
Feminino	-	-	39,2	-	63,7	-	72,1	74,5	77,5	80,9
Meio Residência										
Urbano	-	43,1	56,0	74,8	76,0	83,9	81,1	83,3	86,4	87,9
Rural	-	9,8	19,7	39,2	43,8	53,9	54,6	55,9	58,9	64,9
Concelho										
Ribeira Grande		17,0	37,3	-	72,3	77,9	74,8	78,2	80,2	85,0
Paul	5,0	8,4	21,1	-	60,4	70,7	69,3	71,2	71,2	72,7
Porto Novo		13,2	28,1	-	52,5	59,8	63,3	65,4	68,7	69,9
S. Vicente	34,9	43,3	57,1	-	80,5	87,4	83,8	85,1	87,1	88,3
Ribeira Brava ⁽²⁾			46,6	-	68,6	71,0	70,4	66,3	77,7	82,7
Tarrafal de S. Nicolau ⁽²⁾	8,7	30,9	51,6	-	71,3	85,2	82,5	86,1	83,8	86,6
Sal	51,7	67,0	71,1	-	87,6	89,0	89,4	91,4	93,4	92,2
Boavista	9,1	35,0	51,3	-	61,1	61,5	68,1	68,0	70,2	76,6
Maio	11,9	27,8	43,4	-	74,3	89,2	88,6	91,9	90,5	89,9
Tarrafal		13,2	27,1	-	49,2	65,0	58,6	57,3	69,4	72,7
Santa Catarina		13,8	28,2	-	52,0	57,7	58,3	60,0	63,3	71,6
Santa Cruz		4,8	15,9	-	34,6	39,8	45,1	48,9	53,2	54,4
Praia		39,7	52,0	-	69,8	81,9	77,4	80,0	84,6	86,1
S. Domingos	8,5	5,8	15,8	-	36,6	54,0	52,6	52,1	53,6	64,6
S. Miguel		6,2	12,6	-	34,5	46,7	42,8	50,0	47,7	61,5
S. Salvador do Mundo		3,1	13,1	-	33,4	45,4	45,2	51,8	53,6	63,8
S. Lourenço dos Órgãos		4,7	15,9	-	41,4	53,3	62,1	65,2	68,5	68,6
Ribeira Grande de Santiago		2,1	10,3	-	31,0	41,4	48,1	45,4	49,8	55,7
Mosteiros		19,9	37,4	-	76,5	83,1	89,1	87,8	87,4	93,5
S. Filipe	7,3	16,2	35,6	-	67,5	77,1	79,1	82,1	82,8	81,5
Santa Catarina do Fogo		9,9	28,7	-	71,2	74,3	81,9	83,6	82,6	88,2
Brava	7,8	41,9	50,9	-	73,4	86,1	86,6	87,4	87,6	91,4

(*) Instalações sanitárias consideradas como sendo melhoradas: sanita (com ou sem autoclismo), retrete ou latrina.

(1) - Em 1980, os dados apresentados apenas incluem dados sobre a População dos alojamentos clássicos por ilha. Para os outros alojamentos (móvel, improvisadas em construção não destinadas a habitação, grutas, abarracada, etc.), os dados não se encontram disponíveis.

(2) - Em 1990, é apresentado um valor único para a ilha de S. Nicolau. Não foi possível obter os dados desagregados pelos atuais 2 municípios que existem nessa ilha.

Fonte (1980, 1990, 2000 e 2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2007): INE, Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB)

Fonte (2012-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-7 – Percentagem da população que partilha sanitária ou latrina com outro agregado familiar, por sexo, meio de residência e concelho (2013-2016)

	2013	2014	2015	2016
	(%)			
Cabo Verde	5,5	6,3	3,7	5,3
Sexo				
Masculino	5,4	6,6	3,5	5,4
Feminino	5,5	5,9	3,9	5,2
Meio Residência				
Urbano	6,9	8,0	5,0	7,1
Rural	2,7	3,0	1,2	1,7
Concelho				
Ribeira Grande	1,4	1,5	1,2	1,2
Paul	7,0	6,4	3,8	3,4
Porto Novo	4,3	1,7	1,2	2,0
S. Vicente	4,4	4,5	3,4	4,2
Ribeira Brava	4,3	2,5	2,4	2,3
Tarrafal de S. Nicolau	7,3	2,6	4,0	1,3
Sal	12,1	10,3	13,2	12,8
Boavista	10,0	8,4	8,2	9,2
Maio	5,2	27,3	3,4	0,6
Tarrafal	16,5	1,9	1,9	2,9
Santa Catarina	3,7	5,2	4,3	4,0
Santa Cruz	3,0	12,5	0,3	0,1
Praia	6,5	8,8	3,8	8,3
S. Domingos	1,6	0,8	1,8	3,5
S. Miguel	0,5	0,9	2,1	0,8
S. Salvador do Mundo	1,7	3,8	2,0	1,7
S. Lourenço dos Órgãos	3,9	2,8	0,9	1,8
Ribeira Grande de Santiago	4,4	6,0	1,8	1,3
Mosteiros	1,7	1,6	0,2	1,2
S. Filipe	2,0	1,6	2,1	2,8
Santa Catarina do Fogo	3,6	2,4	0,3	1,0
Brava	3,5	9,4	3,0	13,4

Fonte (2013-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-8 – Percentagem da população servida por um sistema municipal de recolha de resíduos urbanos, por concelho (2003, 2012, 2013 e 2015)

	2003	2012	2013	2015
	(%)			
Cabo Verde	66,0	84,1	84,5	85,5
Concelho				
Ribeira Grande	25,0	89,7	89,7	87,6
Paul	40,0	48,5	48,5	81,0
Porto Novo	35,0	84,5	84,5	89,2
S. Vicente	95,0	98,4	98,4	100,0
Ribeira Brava ⁽¹⁾		95,4	95,4	98,0
Tarrafal de S. Nicolau ⁽¹⁾	80,0	93,1	93,3	94,2
Sal	80,0	99,4	99,4	99,8
Boavista	65,0	87,5	87,5	100,0
Maio	85,0	100,0	100,0	100,0
Tarrafal	40,0	86,6	86,6	81,9
Santa Catarina ⁽²⁾		43,8	43,8	38,9
S. Salvador do Mundo ⁽²⁾	41,0	35,5	35,5	35,5
Santa Cruz ⁽³⁾		66,5	66,5	73,3
S. Lourenço dos Órgãos ⁽³⁾	27,0	58,6	58,6	58,6
Praia ⁽⁴⁾		99,5	99,5	95,1
Ribeira Grande de Santiago ⁽⁴⁾	90,0	58,2	58,2	56,8
S. Domingos	25,0	56,7	57,2	64,6
S. Miguel	70,0	38,8	40,2	49,5
Mosteiros	30,0	73,8	73,8	100,0
S. Filipe ⁽⁵⁾		82,7	82,7	98,3
Santa Catarina do Fogo ⁽⁵⁾	45,0	96,9	100,0	85,3
Brava	93,0	91,1	91,1	91,1

(1) - Em 2003, os municípios de Ribeira Brava e Tarrafal de S. Nicolau faziam parte do município de S. Nicolau e é por isso que apresentam os mesmos valores para esse ano.

(2) - Em 2003, o atual município de S. Salvador do Mundo pertencia ao município de Santa Catarina e é por isso que apresentam os mesmos valores para esse ano.

(3) - Em 2003, o atual município de S. Lourenço dos Órgãos pertencia ao município de Santa Cruz e é por isso que apresentam os mesmos valores para esse ano.

(4) - Em 2003, o atual município de Ribeira Grande de Santiago pertencia ao município da Praia e é por isso que apresentam os mesmos valores para esse ano.

(5) - Em 2003, o atual município de Santa Catarina do Fogo pertencia ao município de S. Filipe e é por isso que apresentam os mesmos valores para esse ano.

Fonte (2003): MAA, PANA II - Volume V - EDB - Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, 2003

Fonte (2012 e 2013): INE, Inquérito sobre Recolha e Tratamento de Resíduos Urbanos

Fonte (2015): ANAS, Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos (PENGeR), 2016

Tabela 5.1-9 – Percentagem da população que evacua o lixo de forma adequada*, por sexo, meio de residência e concelho (2007, 2010, 2012-2016)

	2007	2010	2012	2013	2014	2015	2016
	(%)						
Cabo Verde	60,0	68,3	73,7	72,3	74,7	75,3	77,4
Sexo							
Masculino	-	68,8	-	72,7	75,4	75,8	77,6
Feminino	-	67,8	-	71,9	74,1	74,8	77,2
Meio Residência							
Urbano	88,0	90,8	95,8	92,4	93,8	93,9	95,6
Rural	23,2	32,0	35,4	34,9	38,0	38,4	40,4
Concelho							
Ribeira Grande	-	63,6	58,5	63,0	64,7	62,2	65,4
Paul	-	59,2	63,1	67,0	67,6	66,7	66,9
Porto Novo	-	71,3	75,8	79,7	80,6	81,9	79,0
S. Vicente	-	96,0	98,4	96,3	96,5	97,1	98,1
Ribeira Brava	-	87,4	85,1	81,5	80,2	84,5	90,7
Tarrafal de S. Nicolau	-	92,4	95,8	95,1	95,7	90,7	97,9
Sal	-	97,6	97,1	98,6	98,2	99,7	97,4
Boavista	-	81,1	100,0	96,8	99,5	100,0	99,8
Maio	-	97,8	96,1	97,1	99,0	98,7	96,3
Tarrafal	-	51,5	55,2	46,6	53,6	60,4	54,2
Santa Catarina	-	28,4	23,6	28,0	26,4	36,3	33,3
Santa Cruz	-	39,3	53,0	50,9	51,7	45,6	50,6
Praia	-	85,1	93,0	87,8	91,8	89,7	94,0
S. Domingos	-	45,2	49,7	46,0	42,8	44,8	52,4
S. Miguel	-	35,1	38,4	34,4	43,2	36,7	43,0
S. Salvador do Mundo	-	14,7	22,4	19,6	18,9	18,1	25,4
S. Lourenço dos Órgãos	-	39,0	45,2	49,8	43,2	52,3	47,1
Ribeira Grande de Santiago	-	28,3	43,5	31,8	31,0	23,4	37,0
Mosteiros	-	63,4	74,7	71,4	69,8	70,0	74,0
S. Filipe	-	36,6	40,0	45,7	59,3	60,5	58,7
Santa Catarina do Fogo	-	51,1	65,0	59,1	63,1	60,0	62,7
Brava	-	66,5	73,6	77,2	81,7	87,9	85,5

(*) Evacuação do lixo de forma adequada: o lixo é recolhido pelo carro de lixo ou é colocado em contentores.

Fonte (2007): INE, Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB)

Fonte (2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2012-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-10 – Evolução dos preços mensais da água regulados pela ARE em Cabo Verde (2006-2016)

DATA	Empresa fornecedora	Tarifas sem IVA										IVA %	Base inc. %
		Escalões											
		Doméstico			Indústria	Turismo (1)	Carácter Social (2)	Comércio e Serviços (3)		Autotanques			
		≤ 6 m3 (ECV/m3)	>6 e ≤10 m3 (ECV/m3)	> 10 m3 (ECV/m3)	(ECV/m3)	(ECV/m3)	(ECV/m3)	≤ 20 m3 (ECV/m3)	> 20 m3 (ECV/m3)	I (ECV/m3) (4)	II (ECV/m3) (5)		
01/06/2006	Electra (6)	220,00	308,00	385,00	330,00	385,00	220,00	330,00	385,00	220,00	330,00	15%	20%
21/11/2006	Electra	220,00	308,00	385,00	330,00	385,00	220,00	330,00	385,00	220,00	330,00	15%	100%
13/01/2007	Electra	220,00	307,96	384,95	330,10	384,95	220,00	330,10	384,95	220,00	330,10	15%	20%
27/06/2008	Electra	227,25	333,51	443,84	390,50	505,43	251,45	407,62	475,35	253,65	423,51	15%	20%
04/04/2011	SAAS-PN (7)	247,68	363,50	483,75	425,61	550,87	274,06	444,27	518,09	276,46	461,59	15%	20%
12/04/2011	Electra	253,72	359,98	470,30	416,96	531,89	277,92	434,13	501,87	280,12	449,97	15%	20%
20/04/2011	AEB (8)	227,25	333,51	443,84	390,50	505,43	251,45	407,62	475,40	253,65	423,51	15%	20%
16/02/2012	SAAS-PN	288,28	423,08	563,04	495,38	641,17	318,98	517,10	603,02	321,77	537,25	15%	20%
01/01/2013	Electra	253,72	359,98	470,30	416,96	531,89	277,92	434,13	501,87	280,12	449,97	15%	100%
01/01/2013	SAAS-PN	288,28	423,08	563,04	495,38	641,17	318,98	517,10	603,02	321,77	537,25	15%	100%
01/01/2013	AEB	227,25	333,51	443,84	390,50	505,43	251,45	407,62	475,40	253,65	423,51	15%	100%
01/07/2014	SAAS-PN	245,20	359,89	478,90	421,36	545,36	271,31	439,83	512,91	273,69	456,97	15%	100%
01/04/2015	Electra	225,27	331,53	441,85	388,51	503,44	249,47	405,68	473,42	251,67	421,52	15%	100%
18/04/2015	AEB	215,61	321,87	432,20	378,86	493,79	239,81	395,98	463,71	242,01	411,87	15%	100%
10/12/2015	Electra	209,72	315,97	426,30	372,96	487,89	233,92	390,13	457,86	236,12	405,97	15%	100%
10/12/2015	AEB	206,01	312,27	422,60	369,26	484,19	230,21	386,38	454,11	232,41	402,27	15%	100%
01/06/2016	Electra	195,36	301,62	411,94	358,60	473,53	219,56	375,77	443,51	221,76	391,61	15%	100%
01/06/2016	AEB	179,48	285,74	396,07	342,73	457,66	203,68	359,85	427,58	205,88	375,74	15%	100%
14/10/2016	Electra	209,43	315,69	426,01	372,67	487,60	233,63	389,84	457,58	235,83	405,68	15%	100%
14/10/2016	AEB	207,35	313,61	423,94	370,60	485,53	231,55	387,72	455,45	233,75	403,61	15%	100%
15/12/2016	Electra	205,37	311,63	421,95	368,61	483,54	229,57	385,78	453,52	231,77	401,62	15%	100%
15/12/2016	AEB	204,44	310,70	421,03	367,69	482,62	228,64	384,81	452,54	230,84	400,70	15%	100%

(1) - Turismo - Aplicável aos Hotéis, Pensões e outros estabelecimentos congéneres.

(2) - Carácter Social - Aplicável aos Hospitais, Fontanários públicos, Associações de carácter social sem fins lucrativos"

(3) - Comércio e Serviços - Aplicável aos Serviços Públicos, Embaixadas, Serviços Consulares, Estabelecimentos Comerciais públicos e privados, Empresas de navegação aérea e marítima, Armazéns."

(4) - Autotanques I - Aplicável no fornecimento por autotanques a Hospitais, Fontanários públicos, Associações e Instituições de carácter social, sem fins lucrativos."

(5) - Autotanques II - Aplicável no fornecimento por autotanques, para outros usos.

(6) - Electra - opera nos municípios da Praia, Sal e São Vicente.

(7) - SAAS-PN - opera nos municípios de Porto Novo

(8) - AEB - opera no município da Boa Vista.

Fonte: Agência de Regulação Económica (ARE)

Tabela 5.1-11 – Percentagem da população com acesso à eletricidade, por sexo, meio de residência e concelho (2010, 2013-2016)

	2010	2013	2014	2015	2016
	(%)				
Cabo Verde	81,1	88,1	85,0	86,9	90,1
Sexo					
Masculino	81,1	87,6	84,2	86,4	90,0
Feminino	81,1	88,6	85,8	87,4	90,2
Meio Residência					
Urbano	90,6	91,8	88,7	90,6	93,5
Rural	65,8	81,2	77,8	79,6	83,4
Concelho					
Ribeira Grande	85,6	90,0	88,2	88,9	91,8
Paul	83,3	89,5	88,2	85,2	90,3
Porto Novo	79,6	88,6	89,2	88,5	86,9
S. Vicente	90,5	92,0	88,6	91,6	94,4
Ribeira Brava ⁽²⁾	86,2	87,4	89,7	92,0	97,0
Tarfal de S. Nicolau ⁽²⁾	86,9	83,0	84,7	80,1	93,4
Sal	91,1	90,5	92,1	93,2	95,2
Boavista	74,5	89,4	91,2	92,8	91,8
Maio	89,6	89,9	87,9	91,3	85,8
Tarfal	59,8	59,7	61,5	69,6	73,4
Santa Catarina	67,8	86,0	78,1	78,5	86,6
Santa Cruz	70,4	81,2	75,8	77,7	79,9
Praia	92,3	92,5	88,0	89,7	93,7
S. Domingos	78,8	91,5	81,2	88,4	89,7
S. Miguel	50,4	86,9	77,4	88,1	85,6
S. Salvador do Mundo	71,5	89,2	89,1	91,9	94,4
S. Lourenço dos Órgãos	69,4	94,1	89,5	74,2	89,5
Ribeira Grande de Santiago	68,9	84,5	84,1	77,5	82,4
Mosteiros	69,2	83,8	87,6	86,3	85,2
S. Filipe	69,0	75,8	74,6	79,3	78,4
Santa Catarina do Fogo	48,2	79,1	79,7	82,6	90,2
Brava	88,6	93,3	97,2	94,9	93,9

Fonte (2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2013-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-12 – Evolução dos preços mensais da eletricidade regulados pela ARE em Cabo Verde (2006-2016)

DATA	Empresa fornecedora	Tarifas sem IVA						IVA %	Base inc. %
		Escalões							
		Baixa Tensão Doméstica		Iluminação Pública	Baixa Tensão Especial (BTE)	BTE - Lacacão	Média Tensão		
		<= 60 KWh/mês (ECV/kWh)	> 60 KWh/mês (ECV/kWh)	ECV/kWh	ECV/kWh	ECV/kWh	ECV/kWh		
01/06/2006	Electra ⁽¹⁾	19,80	24,60	14,35	19,14	-	15,60	15%	30%
21/11/2006	Electra	19,80	24,60	14,35	19,14	-	15,60	15%	100%
13/01/2007	Electra	19,81	24,59	14,35	19,14	-	15,60	15%	30%
27/06/2008	Electra	21,79	28,65	20,04	24,48	-	20,48	15%	30%
12/04/2011	Electra	26,52	33,38	24,78	29,54	-	25,21	15%	30%
20/04/2011	AEB ⁽²⁾	26,52	33,38	24,78	29,54	31,70	25,21	15%	30%
27/02/2012	AEB	28,82	35,68	27,08	31,83	34,00	27,51	15%	30%
27/02/2012	Electra	28,82	35,68	27,08	31,83	-	27,51	15%	30%
18/04/2012	AEB	30,03	36,89	28,29	33,04	35,21	28,72	15%	30%
18/04/2012	Electra	30,03	36,89	28,29	33,04	-	28,72	15%	30%
01/01/2013	AEB	30,03	36,89	28,29	33,04	35,21	28,72	15%	100%
01/01/2013	Electra	30,03	36,89	28,29	33,04	-	28,72	15%	100%
01/04/2015	Electra	26,09	32,95	26,09	29,10	-	24,78	15%	100%
18/04/2015	AEB	25,56	32,42	25,56	28,57	30,74	24,25	15%	100%
10/12/2015	AEB	23,70	30,56	23,70	26,71	28,88	22,39	15%	100%
10/12/2015	Electra	23,52	30,38	23,52	26,53	-	22,21	15%	100%
01/06/2016	AEB	18,55	25,41	18,55	21,56	23,73	17,24	15%	100%
01/06/2016	Electra	18,64	25,50	18,64	21,65	-	17,33	15%	100%
14/10/2016	AEB	23,96	30,82	23,96	26,97	29,14	22,65	15%	100%
14/10/2016	Electra	20,96	27,82	20,96	23,97	-	19,65	15%	100%
15/12/2016	AEB	23,39	30,25	23,39	26,40	28,57	22,08	15%	100%
15/12/2016	Electra	20,29	27,15	20,29	23,30	-	18,98	15%	100%

(1) Electra - opera em todos os municípios exceto o município da Boa Vista.

(2) AEB - opera no município da Boa Vista.

Fonte: Agência de Regulação Económica (ARE)

Tabela 5.1-13 – Distribuição percentual da população segundo a principal fonte/origem da eletricidade que usa no alojamento, por sexo, meio de residência e concelho (2016)

	Origem de energia elétrica					TOTAL
	Rede Pública	Painel solar	Gerador / motor a diesel/gasóleo	Eólica (vento)	Outro	
	(%)					
Cabo Verde	98,1	0,2	1,5	0,0	0,3	100,0
Sexo						
Masculino	97,8	0,2	1,7	0,0	0,2	100,0
Feminino	98,3	0,2	1,2	0,0	0,3	100,0
Meio Residência						
Urbano	98,1	0,0	1,9	0,0	0,1	100,0
Rural	98,0	0,7	0,5	0,0	0,7	100,0
Concelho						
Ribeira Grande	96,1	0,7	3,0	0,0	0,1	100,0
Paul	99,6	0,0	0,4	0,0	0,0	100,0
Porto Novo	99,6	0,0	0,4	0,0	0,0	100,0
S. Vicente	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Ribeira Brava	97,4	2,6	0,0	0,0	0,0	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	99,9	0,0	0,1	0,0	0,0	100,0
Sal	96,3	0,5	2,8	0,0	0,3	100,0
Boa Vista	62,4	0,3	37,0	0,0	0,3	100,0
Maio	98,9	1,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Tarrafal	99,5	0,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Santa Catarina	99,6	0,1	0,4	0,0	0,0	100,0
Santa Cruz	94,6	0,3	0,0	0,0	5,1	100,0
Praia	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
S. Domingos	98,8	1,2	0,0	0,0	0,0	100,0
S. Miguel	99,4	0,6	0,0	0,0	0,0	100,0
S. Salvador do Mundo	98,9	1,1	0,0	0,0	0,0	100,0
S. Lourenço dos Órgãos	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Ribeira Grande de Santiago	99,0	0,3	0,7	0,0	0,0	100,0
Mosteiros	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
S. Filipe	99,9	0,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Santa Catarina do Fogo	99,3	0,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Brava	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC) 2016

Tabela 5.1-14 – Percentagem da população que utiliza lenha e outras biomassas* como principais fontes de energia para cozinhar, por sexo, meio de residência e concelho (1980, 1990, 2000, 2007, 2010, 2012-2016)

	1980 (1)	1990	2000	2007	2010	2012	2013	2014	2015	2016
	(%)									
Cabo Verde	59,6	54,6	38,1	39,0	32,1	30,2	31,1	30,1	27,8	25,2
Sexo										
Masculino	-	-	37,7	-	31,3	-	30,7	29,7	27,6	25,1
Feminino	-	-	38,4	-	32,9	-	31,5	30,5	27,9	25,3
Meio Residência										
Urbano	-	14,6	10,2	12,6	9,7	8,2	9,9	9,6	8,9	6,8
Rural	-	86,1	70,4	73,7	68,3	68,4	70,6	69,6	65,2	62,6
Concelho										
Ribeira Grande		-	55,6	-	45,0	48,8	53,1	51,6	46,4	42,4
Paul	79,6	-	61,5	-	50,9	46,6	54,1	53,4	43,7	50,4
Porto Novo		-	43,2	-	34,9	29,4	31,2	30,3	30,6	33,2
S. Vicente	6,2	8,9	4,2	-	2,7	1,3	3,2	3,4	2,6	4,2
Ribeira Brava ⁽²⁾			34,0	-	24,4	29,0	34,2	34,1	19,7	8,3
Tarrafal de S. Nicolau ⁽²⁾		61,5	50,6	31,4	-	22,4	23,1	18,2	13,8	21,6
Sal		4,9	4,4	2,0	-	1,4	3,1	1,7	2,3	0,0
Boavista		56,5	52,7	14,5	-	4,4	2,7	3,6	1,8	4,2
Maio		69,1	66,7	42,3	-	34,8	35,3	39,5	41,9	36,5
Tarrafal			-	62,5	-	59,1	59,0	62,3	63,5	50,1
Santa Catarina			-	63,1	-	57,3	63,1	62,2	65,1	56,9
Santa Cruz			-	66,6	-	67,1	64,5	64,7	56,4	61,1
Praia			-	9,0	-	10,1	7,9	8,7	7,5	8,6
S. Domingos		63,8	-	68,8	-	70,6	65,7	68,1	70,7	67,5
S. Miguel			-	77,2	-	77,9	75,6	80,0	78,7	74,2
S. Salvador do Mundo			-	78,4	-	82,1	80,4	83,5	84,6	81,5
S. Lourenço dos Órgãos			-	76,1	-	76,9	76,4	73,1	75,6	72,7
Ribeira Grande de Santiago			-	65,8	-	65,9	68,8	65,5	68,0	63,4
Mosteiros			-	67,0	-	59,3	53,6	53,1	56,0	52,6
S. Filipe		86,5	-	58,2	-	53,7	54,4	56,5	55,5	50,8
Santa Catarina do Fogo			-	76,4	-	71,8	60,9	74,7	70,6	61,8
Brava		82,4	64,8	43,9	-	35,3	24,7	29,7	15,6	16,3

(*) - Outras Biomassas: carvão vegetal e madeira.

(1) - Em 1980, os dados apresentados apenas incluem dados sobre a População dos alojamentos clássicos por ilha. Para os outros alojamentos (móvel, improvisadas em construção não destinadas a habitação, grutas, abarracada, etc.), os dados não se encontram disponíveis.

(2) - Em 1990, é apresentado um valor único para a ilha de S. Nicolau. Não foi possível obter os dados desagregados pelos atuais 2 municípios que existem nessa ilha.

Fonte (1980, 1990, 2000 e 2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2007): INE, Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB)

Fonte (2012-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-15 – Percentagem da população que utiliza gás como principal fonte de energia para cozinhar, por sexo, meio de residência e concelho (1980, 1990, 2000, 2007, 2010, 2012-2016)

	1980 (1)	1990	2000	2007	2010	2012	2013	2014	2015	2016
	(%)									
Cabo Verde	8,9	38,9	59,9	59,8	66,2	69,0	67,5	68,4	71,0	73,5
Sexo										
Masculino	-	-	59,9	-	66,3	-	67,2	68,2	70,5	72,9
Feminino	-	-	59,9	-	66,2	-	67,7	68,6	71,5	74,2
Meio Residência										
Urbano	-	76,2	87,7	85,8	88,4	91,0	88,3	88,6	89,5	91,7
Rural	-	9,7	27,7	25,6	30,5	31,0	28,7	29,5	34,1	36,5
Concelho										
Ribeira Grande		-	43,2	-	53,1	51,0	46,2	46,7	52,8	56,0
Paul	1,7	-	37,5	-	47,1	52,5	44,8	45,5	55,7	48,9
Porto Novo		-	54,5	-	63,2	68,2	66,1	68,6	68,2	65,7
S. Vicente	30,0	72,3	93,2	-	95,4	97,8	95,0	95,0	94,7	94,4
Ribeira Brava ⁽²⁾			64,0	-	72,9	70,4	64,9	64,5	78,6	90,9
Tarrafal de S. Nicolau ⁽²⁾	4,8	47,3	67,2	-	75,2	76,6	81,4	84,5	77,2	77,2
Sal	28,0	87,8	93,9	-	95,4	96,2	96,0	96,3	97,2	97,9
Boavista	5,5	44,1	83,4	-	90,8	95,2	93,7	95,8	93,9	96,8
Maio	8,9	28,4	56,2	-	62,5	64,4	59,2	57,1	61,1	66,8
Tarrafal		-	35,1	-	40,2	39,7	37,3	35,5	49,2	49,2
Santa Catarina		-	34,6	-	41,8	36,9	37,4	34,5	42,7	41,6
Santa Cruz		-	31,6	-	31,6	34,6	35,1	42,9	38,6	45,8
Praia		-	89,0	-	88,3	91,2	89,1	90,2	90,2	93,9
S. Domingos	6,8	-	30,0	-	28,9	34,1	31,5	27,7	32,4	39,1
S. Miguel		-	20,5	-	21,0	24,0	19,6	21,1	25,8	28,4
S. Salvador do Mundo		-	19,6	-	17,6	19,4	16,2	14,8	18,3	22,2
S. Lourenço dos Órgãos		-	22,2	-	22,5	23,5	26,4	23,9	26,8	24,6
Ribeira Grande de Santiago		-	32,5	-	33,4	30,3	33,9	30,3	36,0	40,4
Mosteiros		-	31,1	-	39,1	46,1	46,1	42,3	46,0	49,0
S. Filipe	1,1	-	40,5	-	44,9	44,8	42,9	42,9	48,5	51,4
Santa Catarina do Fogo		-	22,8	-	26,6	38,1	24,7	28,9	37,9	39,9
Brava	0,5	30,6	54,9	-	63,4	74,4	70,1	83,9	82,3	88,9

(1) - Em 1980, os dados apresentados apenas incluem dados sobre a População dos alojamentos clássicos por ilha. Para os outros alojamentos (móvel, improvisadas em construção não destinadas a habitação, grutas, abarracada, etc.), os dados não se encontram disponíveis.

(2) - Em 1990, é apresentado um valor único para a ilha de S. Nicolau. Não foi possível obter os dados desagregados pelos atuais 2 municípios que existem nessa ilha.

Fonte (1980, 1990, 2000 e 2010): INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)

Fonte (2007): INE, Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB)

Fonte (2012-2016): INE, Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)

Tabela 5.1-16 – Veículos automóveis em circulação em Cabo Verde, por tipo de veículo (2016)

Ilhas	Ligeiros	Pesados	Motociclos	Total
	(Nº)			
Cabo Verde	47 354	10 006	7 595	64 955
Santo Antão	1 486	424	282	2 192
São Vicente	8 335	1 141	1 358	10 835
São Nicolau	640	329	189	1 158
Sal	2 743	559	883	4 185
Boa Vista	610	161	269	1 040
Maio	411	107	156	674
Santiago	30 857	6 936	2 735	40 528
Fogo	1 931	293	1 292	3 515
Brava	341	56	431	828

Fonte: Direção Geral dos Transportes Rodoviários (DGTR)

Tabela 5.1-17 – Evolução dos veículos automóveis em circulação em Cabo Verde, por tipo de veículo (1997-2016)

ANOS	Ligeiros	Pesados	Motociclos	Total
	(Nº)			
1997	10 305	2 464	1 091	13 860
1998	11 380	2 750	1 181	15 311
1999	13 473	3 085	1 296	17 854
2000	15 971	3 466	1 425	20 862
2001	18 556	3 924	1 597	24 077
2002	20 978	4 524	1 597	27 099
2003	23 811	5 032	1 924	30 767
2004	25 176	5 341	2 251	32 768
2005	26 741	5 739	2 358	34 838
2006	28 851	6 216	2 854	37 921
2007	31 076	6 838	3 416	41 330
2008	33 846	7 456	4 055	45 357
2009	35 533	8 024	4 567	48 123
2010	37 206	8 429	5 099	50 734
2011	38 978	8 857	5 606	53 496
2012	40 233	8 918	5 851	55 002
2013	41 292	9 088	6 207	56 587
2014	42 622	9 272	6 697	58 591
2015	44 269	9 519	7 171	60 959
2016	47 354	10 006	7 595	64 955

Fonte: DGTR

5.2 SAÚDE AMBIENTAL

Tabela 5.2-1 – Casos notificados de doenças transmitidas por vetores em Cabo Verde (2012 a 2016)

Doenças	2012	2013	2014	2015	2016
	(Nº)				
Febre Amarela	0	0	0	0	0
Paludismo autóctone	1	22	26	7	47
Paludismo importado	35	24	20	20	28
Dengue (importado)	0	2	1	0	0
Dengue (autóctone)	0	0	0	0	4
Zika (casos suspeitos)	-	-	-	6 743	884

Fonte: Relatório Estatístico 2016 – Ministério da Saúde e da Segurança Social da República de Cabo Verde

Tabela 5.2-2 – Taxa de incidência (por 100 000 habitantes) de doenças transmitidas por vetores em Cabo Verde (2012 a 2016)

Doenças	2012	2013	2014	2015	2016
	(Nº)				
Febre Amarela	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Paludismo autóctone	0,0	0,4	0,5	0,1	0,9
Paludismo importado	0,7	0,5	0,4	0,4	0,5
Dengue (importado)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Dengue (autóctone)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1

Fonte: Relatório Estatístico 2016 – Ministério da Saúde e da Segurança Social da República de Cabo Verde

Tabela 5.2-3 – Número de casos, taxa de incidência, óbitos, taxa de mortalidade e taxa de letalidade associado ao paludismo (2002-2016)

Anos	População (Nº)	Nº Casos	Taxa de Incidência ¹ (por 100 000)	Óbitos (Nº)	Taxa de Mortalidade ² (por 100 000)	Taxa de Letalidade ³ (%)
2002	447 956	19	4,2	1	0,2	5,3
2003	453 778	68	15,0	2	0,4	2,9
2004	459 379	45	9,8	2	0,4	4,4
2005	465 236	68	14,6	1	0,2	1,5
2006	471 353	78	16,5	7	1,5	9,0
2007	477 587	18	3,8	1	0,2	5,6
2008	483 589	46	9,5	1	0,2	2,2
2009	488 787	66	13,5	2	0,4	3,0
2010	494 040	47	9,5	1	0,2	2,1
2011	499 929	36	7,2	3	0,6	8,3
2012	505 983	36	7,1	1	0,2	2,8
2013	512 173	46	9,0	0	0,0	0,0
2014	518 467	46	8,9	1	0,2	2,2
2015	524 833	27	5,1	0	0,0	0,0
2016	531 239	75	14,1	2	0,4	2,7

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

$$(1) \text{ Taxa de Incidência de Paludismo} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de casos novos de paludismo}}{\text{população total residente}} \times 100\,000$$

$$(2) \text{ Taxa de Mortalidade por Paludismo} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de óbitos por paludismo}}{\text{população total residente}} \times 100\,000$$

$$(3) \text{ Taxa de Letalidade do Paludismo} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de óbitos por paludismo}}{\text{total de casos de paludismo}} \times 100$$

COMPONENTE 6
**PROTEÇÃO, GESTÃO E
ENGAJAMENTO AMBIENTAL**



6 PROTEÇÃO, GESTÃO E ENGAJAMENTO AMBIENTAL

O Componente 6 organiza as informações sobre proteção ambiental e despesas de gestão de recursos para melhorar o meio ambiente e manter a saúde do ecossistema. As estatísticas sobre governança ambiental, força institucional, cumprimento dos regulamentos e a preparação para os eventos extremos são também considerados. Este componente também inclui informações sobre uma ampla variedade de programas e ações para aumentar a conscientização, incluindo informações e educação ambiental, bem como atividades privadas e comunitárias destinadas a diminuir os impactos ambientais e melhorar a qualidade dos ambientes locais.

O componente 6 está organizado em quatro subcomponentes:

- Subcomponente 6.1: Despesas com Proteção Ambiental e Gestão de Recursos;
- Subcomponente 6.2: Governança e Regulação Ambiental;
- Subcomponente 6.3: Preparação para Eventos Extremos e Gestão de Desastres; e
- Subcomponente 6.4: Informação e Conscientização Ambiental.

Neste documento só foi possível apresentar tabulações estatísticas para os Subcomponentes 6.1 e 6.2.

6.1 DESPESAS COM PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS

Tabela 6.1-1 – Despesas públicas (em milhões ECV) com a proteção ambiental em Cabo Verde (2012-2015)

	2012	2013	2014	2015
	(Milhões de ECV)			
TOTAL	1 114,1	971,7	1 324,7	2 007,6
Gestão de resíduos e substâncias perigosas	0,0	0,0	0,0	51,1
Gestão de esgotos e águas	666,6	493,6	586,4	1 200,7
Poluição aérea e terrestre	2,7	3,2	2,4	3,0
Proteção da biodiversidade e paisagem	0,0	4,8	5,3	1,7
Investigação & Desenvolvimento	3,5	1,6	0,0	0,0
Outros não especificados	441,3	468,4	730,7	751,1

Fonte: Ministério das Finanças, Contas Gerais do Estado.

6.2 GOVERNANÇA E REGULAÇÃO AMBIENTAL

Tabela 6.2-1 – Convenções e protocolos referentes à temática ambiental ratificadas por Cabo Verde

Convenções e Protocolos	Tema	Data assinatura	Data ratificação
Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD)	Diversidade Biológica	20.10.1994 (resolução n.º. 73/IV/94)	29-mar-95
Convenção Quadro das NU sobre Mudanças Climáticas	Mudanças climáticas	20.10.1994 (resolução n.º. 72/IV/94)	29-mar-95
Convenção de Basileia	Controlo de movimento transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua eliminação	20.10.1994 (resolução n.º. 74/IV/94)	02-jul-99
Convenção sobre luta contra desertificação (UNCCD)	Luta contra desertificação e a seca	08.03.1995 (resolução n.º. 98/IV/95)	08-mar-95
Convenção de Viena	Proteção da camada de ozono	31.03.1997 (decreto n.º. 5/97)	31-jul-01
Convenção de Rotterdam	Produtos químicos e pesticidas perigosos no comércio internacional	28.12.2005 (Decreto n.º. 17/2005)	01-mar-06
Convenção de Estocolmo	Poluentes Orgânicos Persistentes	19.12.2005 (Decreto n.º. 16/2005)	01-mar-06
Convenção CITES	Comércio internacional das espécies de fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção	21.03.2005 (Decreto n.º. 1/2005)	10-ago-05
Convenção CMS	Conservação das espécies migratórias pertencentes a fauna selvagem	05.12.2005 (Decreto n.º. 13/2005)	18-jan-06
Convenção Minamata	Mercúrio e produtos de mercúrio		
Convenção de Abidjan (regional)	Cooperação para a proteção, gestão e desenvolvimento do Meio Marinho e Costeiro (Mauritânia e África do Sul)		
Convenção RAMSAR	Zonas Húmidas de importância Internacional, especialmente como habitat de Aves Aquáticas	18.11.2004 (Decreto n.º. 4/2004)	18-nov-05
Protocolo Montreal (Convenção de Viena)	Proteção da camada do Ozono	31.03.1997 (Decreto n.º. 6/97)	31-jul-01

Fonte: Direção Nacional do Ambiente (DNA)

7 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos e definições utilizados em Cabo Verde na área das estatísticas do ambiente:

Agregado familiar: é um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente debaixo do mesmo teto, sob a responsabilidade de um representante, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, a despesa da habitação, alimentação e/ou vestuário.

Ambiente: conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações, e dos fatores económicos, sociais e culturais e políticos com efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e a qualidade de vida do ser humano. Resumindo, pode-se dizer que o ambiente é o meio biofísico, biótico e abiótico na qual os seres humanos vivem.

Aterro: instalação de eliminação de resíduos através da sua deposição, acima ou abaixo da superfície natural (Decreto-Lei n.º 56/2015, de 17 de outubro, que estabelece o regime aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos e aprova o regime jurídico do licenciamento e concessão das operações de gestão de resíduos).

Área Protegida: um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, utilizado e gerido por meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo juntamente com os serviços e valores culturais associados ao ecossistema (www.areasprotegidas.gov.cv).

Bacia Hidrográfica: Conjunto de terras drenadas por uma linha de água principal, seus afluentes e subafluentes.

Biodiversidade: é a variabilidade entre os organismos vivos de todas as fontes, incluindo os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte, incluindo a diversidade dentro das espécies, entre espécies e ecossistemas. É também uma medida da saúde do ecossistema.

Cobertura do Solo: é a cobertura (bio)física observada na superfície terrestre.

Contas do Ambiente: geralmente referem-se às contas económicas integradas do ambiente. Baseiam-se no *System of Environmental-Economic Accounting* (SEEA), desenvolvido pela UNSD, e têm como objetivo produzir informação económica e ambiental de forma integrada, a partir do quadro central das Contas Nacionais. O quadro central do SEEA cobre as interações entre a economia e o ambiente na sequência de uma estrutura contabilística semelhante à do Sistema de

Contas Nacionais (SCN) e utiliza conceitos, definições e classificações consistentes com o SCN. Como conta satélite do SCN, o SEEA incorpora fluxos entre a economia e o ambiente, e destaca as atividades e gastos ambientais que não são mostrados explicitamente nas apresentações convencionais das contas nacionais. O SEEA também incorpora ativos ambientais, dentro e fora do âmbito de medição económica convencional, e registra os *stocks* de ativos ambientais e as mudanças nesses stocks ao longo do tempo. O quadro central do SEEA reúne, em um único sistema de medição, informação sobre a água, minerais, energia, madeira, peixes, solo, terra e os ecossistemas, poluição e resíduos, produção, consumo e acumulação. As contas económicas do ambiente permitem obter indicadores e estatísticas para a planificação estratégica e análise de políticas públicas e ainda para ajudar a identificar formas mais sustentáveis de desenvolvimento.

Dados Ambientais: grandes quantidades de observações e medições não tratadas sobre o ambiente e os seus processos relacionados. Os dados ambientais podem ser recolhidos ou compilados através de inquéritos estatísticos ou podem ter origem a partir de registos administrativos, sistemas de monitorização, deteção remota, pesquisas científicas e projetos especiais.

Ecossistema: é um complexo dinâmico de comunidades de plantas, animais e microrganismos e o seu ambiente “não-vivo” interagindo como uma unidade funcional.

Eliminação de resíduos: qualquer operação que não seja de valorização, mesmo que tenha como consequência secundária a recuperação de substâncias ou de energia, nomeadamente as previstas na Portaria do membro do Governo responsável pela área do Ambiente (Decreto-Lei n.º 56/2015, de 17 de outubro).

Engajamento ambiental: envolve a progressão de transformar a perceção e atitudes em ações concretas e pró-ambientais. A participação e engajamento individual e social em diferentes processos ambientais, destinadas a melhorar e proteger o meio ambiente local e global, são manifestações concretas do entendimento, motivação e compromisso no sentido de proteger e melhorar o ambiente que se expressa através do comportamento.

Entidades gestoras de resíduos: os municípios, as associações de municípios, os serviços municipalizados de água e saneamento, as empresas públicas municipais e as concessionárias de sistemas multimunicipais e municipais (Decreto-Lei n.º 56/2015, de 17 de outubro).

Estatísticas do Ambiente: dados ambientais que foram estruturados, sintetizados e agregados de acordo com métodos, normas e procedimentos estatísticos. As estatísticas do ambiente abrangem os aspetos biofísicos do ambiente e ainda os aspetos do sistema socioeconómico que diretamente influenciam ou interagem com o ambiente.

Fonte melhorada de água potável: definida como aquela que, pela natureza de sua construção ou através da intervenção ativa, é protegido de contaminação exterior, em particular da contaminação com matéria fecal.

Gestão de resíduos: a recolha, o transporte, a valorização e a eliminação de resíduos, incluindo a supervisão destas operações, a manutenção dos locais de eliminação após encerramento e as medidas tomadas na qualidade de comerciante ou corretor (Decreto-Lei n.º 56/2015).

Indicadores Ambientais: estatísticas do ambiente que foram selecionadas por causa da sua capacidade em descrever fenómenos ou dinâmicas importantes. Os indicadores ambientais são utilizados para sintetizar e apresentar estatísticas ambientais complexas e ainda outras estatísticas de uma forma simples, direta, clara e relevante. Os indicadores ambientais podem assumir várias formas, tais como taxas, índices ou proporções, e serem construídas em diferentes níveis de agregação.

Índices ambientais: medidas compostas ou complexas que combinam e sintetizam mais de uma estatística ou indicador ambiental e são ponderadas de acordo com diferentes métodos.

Informação Ambiental: inclui factos quantitativos e qualitativos que descrevem o estado do ambiente e as suas alterações, conforme descrito nas diferentes componentes do FEDS 2013. A informação ambiental quantitativa é geralmente produzida na forma de dados, estatísticas e indicadores, e é geralmente disseminada através de bases de dados, folhas de cálculo, compêndios e anuários. A informação ambiental qualitativa consiste em descrições (por exemplo, textual ou ilustrada) do ambiente ou das suas partes constituintes que não podem ser adequadamente representadas por descritores quantitativos precisos. A informação ambiental geograficamente referenciada fornece factos sobre o meio ambiente e seus componentes utilizando mapas digitais, imagens de satélite e outras fontes ligadas a um recurso de localização ou mapa.

Instalação sanitária melhorada: definida como aquela que separa higienicamente excrementos humanos do contacto humano.

Mudança climática: é uma mudança de clima que é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que, além da variabilidade climática natural observada em períodos de tempo comparáveis. A mudança climática ocorre através de uma cadeia de eventos e pode ser observável em todos os níveis, do local ao global. Os catalisadores do processo climático são as emissões de GEE associadas aos padrões atuais de produção e consumo, que dependem fortemente de combustíveis fósseis para a energia e o transporte.

População servida por um sistema de recolha de Resíduos Urbanos: é a população do município a quem as entidades gestoras prestam o serviço de recolha (indiferenciada ou seletiva) de resíduos.

População urbana que vive em casas precárias/degradadas: é a proporção da população urbana que vive em agregados familiares sem um ou mais dos seguintes serviços básicos: acesso a fonte melhorada de água; acesso a instalações sanitárias melhoradas; habitação durável; área habitável suficiente; e direito de propriedade.

Proteção Ambiental: conjunto de medidas e controlo necessários para prevenir estragos e degradação do ambiente, incluindo a sustentabilidade dos seus recursos vivos.

Reciclagem: o processo de transformação dos resíduos, através do qual os materiais constituintes dos resíduos são novamente transformados em produtos, materiais ou substâncias para o seu fim original ou para outros fins, incluindo o reprocessamento de materiais orgânicos, excluindo a valorização energética e o reprocessamento em materiais que devam ser utilizados como combustível ou em operações de enchimento (Decreto-Lei n.º 56/2015, de 17 de outubro).

Recursos do Solo: compreendem as camadas superiores (horizontes) do solo que formam um sistema biológico.

Resíduos: quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer (Decreto-Lei n.º 56/2015, de 17 de outubro).

Resíduos Perigosos: resíduos que apresentem, pelo menos, uma característica de perigosidade para a saúde humana ou para o ambiente, das enumeradas na Portaria do membro do Governo com competência em matéria do Ambiente (Decreto-Lei n.º 56/2015).

Resíduo urbano: Resíduo proveniente de habitações, bem como outro resíduo que, pela sua natureza e composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações (Decreto-Lei n.º 56/2015, de 17 de outubro).

Saúde Ambiental: pode ser definido como um campo interdisciplinar que se concentra na análise da relação entre saúde pública e meio ambiente. Do ponto de vista da saúde, a OMS afirma que "a saúde ambiental aborda todos os fatores físicos, químicos e biológicos externos a uma pessoa e todos os fatores relacionados que afetam os comportamentos. Abrange a avaliação e controle dos fatores ambientais que podem afetar a saúde. Destina-se a prevenir doenças e a criar ambientes favoráveis à saúde [...]".

Sítios RAMSAR: Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas, no quadro da Convenção de Ramsar (www.ramsar.org).

Tratamento de resíduos: qualquer operação de valorização ou de eliminação, incluindo a preparação prévia à valorização ou eliminação (Decreto-Lei n.º 56/2015, de 17 de outubro).

Uso do Solo: reflete tanto as atividades empreendidas como as disposições institucionais implementadas para uma determinada área para fins de produção econômica, ou a manutenção e restauração de funções ambientais. O solo ou terra sendo "usado" significa a existência de algum tipo de atividade ou gestão humana. Conseqüentemente, existem áreas de terra que "não estão sendo utilizadas" pelas atividades humanas.

Valorização de resíduos: qualquer operação cujo resultado principal seja a transformação dos resíduos de modo a servirem um fim útil, substituindo outros materiais que, caso contrário, teriam sido utilizados para um fim específico, ou a preparação de resíduos para esse fim, na instalação ou no conjunto da economia, nomeadamente os que vierem a ser previstas na portaria a que se refere o n.º 5 do artigo 45º (Decreto-Lei n.º 56/2015, de 17 de outubro).